

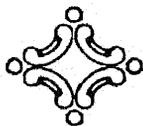
OSWALDO ARANHA

# DISCURSO

PRONUNCIADO NA

ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

No dia 4 de Julho de 1934





## A EXPOSIÇÃO DO SR. DR. OSWALDO ARANHA

"Sr. Presidente. Srs. representantes das demais associações. Deveria pronunciar este discurso na Assembléia Constituinte. A Associação Comercial, instituição secular e modelar, que reflete, na sua finalidade e na sua ação, as aspirações fundamentais de progresso e de aperfeiçoamento da vida econômica e financeira do Brasil, quis, pelo convite de suas duas diretorias, inaugurando uma série de investigações e conferências objetivas sobre a vida brasileira, que eu viesse dar, nesta solenidade, a tréplica que eu devia ás conclusões do último discurso do eminente parlamentar Dr. Cincinato Braga, por isso que ela envolve, menos uma resposta, mais um estudo sobre a situação econômica, e financeira de nosso País.

Antes de deixar o posto que me foi confiado pela Revolução, eu devia a esta Casa e aos seus dirigentes uma visita especial, afim de agradecer a colaboração vigilante, fecunda e patriótica, isenta de quaisquer propósitos políticos, com que me ajudaram as suas diretorias a enfrentar o transe de depressão econômica e de reorganização financeira deparado pela minha gestão na Fazenda Nacional.

Na reforma da legislação fiscal, que remodelou as leis, os regulamentos, a organização administrativa do Ministério da Fazenda, a cooperação dessa Associação através de seus técnicos, foi obra meritória, sob todos os aspectos, na simplificação, na consolidação da correição, na inovação de quasi todos os textos fiscaes, dos mais elementares até aos mais transcendentés, desde as normas e circulares até ás regras do comércio internacional.

Cooperar não é só ajudar a fazer leis: é dar a essas leis execução, existência, vida, realidade. E isso fez a Associação colocando-se acima da situação política, compenetrada, porém, dos seus deveres de cooperação com o Governo na ação prática da direção dos negócios públicos.

Não há mal maior do que essa tendência, tão acentuada na nossa vida, de isolarem-se os homens, apenas chegados ao poder, das próprias realidades de que surgiram para, segundo um preconceito generalizado, administrarem com isenção, imparcialidade e justiça.

A isenção, a imparcialidade e a justiça não são ficções, atitudes de espírito assumidas no ponderável, desincarnações para o usufruto e a prática do poder.

São virtudes próprias a serem reveladas no jôgo dos interesses, no trato das realidades, afirmadas na consciência das responsabilidades públicas e privadas.

Fôra disso é a abstração negativista, medo de decidir, pavor de resolver, terror de comprometer-se, horror das responsabilidades.

Declaro-vos que nunca me arreceei de tratar as questões com os próprios interessados e, antes, procurei no contacto direto deles recolher as minhas decisões.

Não me arrependo desta orientação, porquê sempre nela encontrei elementos úteis para decidir bem e nunca sofri a influência de outros interesses que os públicos e muitas vezes pude convencer os postulantes dos pontos de vista governamentais.

Dessa orientação decorreu a incorporação dos interessados, comerciantes e industriais, na elaboração das leis, nos tribunais fazendários e, mais do que tudo, o acesso direto e semanal da Associação e dos próprios postulantes, junto a mim para a solução de seus problemas.

Tenho dito e repetido que todos precisam ajudar a governar.

A Associação, pela sua diretoria, partilhou da direção da Fazenda, colaborando, sugerindo, participando de quasi todos os seus atos fundamentais.

Só tenho motivos para agradecer essa cooperação e para declarar de público, que nunca vislumbrei no contacto com as classes comerciais do meu País senão o interesse público primando sôbre os demais.

E faço essa justiça na hora em que não mais terei contacto com essa classe, menos pelo reconhecimento que lhe tributo neste ato, mais para que os meus sucessores, compreendendo as suas e as funções dessa Associação, prossigam nesta política para mais perfeito entendimento e ação mais eficaz, e resultados mais práticos.

A administração é uma técnica, é uma ação rígida, uma direção organica, uma realização legal.

Flue das leis, dos regulamentos, das praxes, das normas da burocracia e deve ser orientada pelas necessidades gerais.

A conciliação dessas necessidades com a vida administrativa é objetivo dos governos construtores.

Nela prima a ação dos governos, mediadores naturais no conflito das instituições e das leis com as realidades.

Nêsse ajuste, porém, é que assentam os governos o êxito de seus atos, e nêle procuram as insituições auxiliares do Estado, como essa Associação, rematar os seus esforços e fins.

E foi êsse o grande resultado obtido pela Associação Commercial e o Ministério da Fazenda, na troca ininterrupta de sugestões e soluções, corrigindo erros, amainando difficuldades, propiciando uma melhor compreensão dos problemas e exigências recíprocos.

Administrar no Brasil é tudo fazer para tornar nacionais e públicos os interêsses regionaes e particulares.

O comércio em nosso País, por um vício do nosso regime fiscal, paga 80 % dos impostos gerais.

É bem verdade que êle os deve ir buscar aos consumidores.

Mas esta iunção de cobrador indireto de quasi todas as rendas públicas, é um onus bem pesado, que só pôde acarretar-lhe difficuldades e antipatias.

Intermediário entre as exigências do Fisco e as do Povo, ambas imperativas, um com a sua legislação, outro com as suas necessidades, ao comércio incumbe uma dura tarefa na vida normal agravada, ainda mais, nos períodos críticos como os que temos atravessado, nós e o mundo.

A soma de conhecimento e multiplicidade de atos, a ameaça de sanções fiscaes, o ajuste a uma legislação vasta e intrincada, o adiantamento dos impostos, são exigências pesadas ao exercêcio do comércio, já por si mesmo inseguro e aleatório na atualidade nossa e universal.

Reconhecendo esta situação, procurei, quanto em mim esteve, auxiliar o comércio nacional, simplificando a legislação fiscal, eliminando a *alea* cambial, favorecendo-o com repetidas anistias fiscaes, relegando a selagem dos "stocks", criando instancias para a defesa de seus direitos, pagando em dia as aquisições governamentais, regularizando a velha Dívida Flutuante, corrigindo o arbítrio dos arrecadadores, ouvindo e atendendo os comerciantes de todo o País e dotando-os, por fim, de uma máquina fazendária simples, expedita, e conciliadora de uma lei tarifária que era uma aspiração geral.

Muito, ainda, resta a fazer no sentido de conciliar os imperativos da administração com as necessidades dos órgãos fundamentais das nossas atividades.

Mas, a obra maior aquela sôbre a qual se terá que erguer definitivamente a organização das atividades particulares, nas suas relações com o poder público, e a da justiça que se devem, no conflito natural da vida dos povos, as insituições da economia e as fiscaes.

Antagônicas na aparência, elas confundem-se pela vida, pelas origens e pelas finalidades.

Não podem ser separadas. É da vida comum e solidária de ambas que surgem os povos ricos. A predominância de uma sobre a outra traz a anarquia ou a miséria.

E essa obra só poderemos realizar pelo respeito recíproco, pela confiança mútua, pela inteligência completa, pela compreensão, pela solidariedade, pela comunhão dos interesses públicos e particulares.

Foi o que fez esta Associação, velando pelos interesses públicos através dos seus próprios.

Foi o que procurou fazer o Governo velando pelos interesses particulares através dos relevantes interesses públicos.

Não há Governo rico com povo pobre, como não há Governo pobre com povo rico.

A coordenação desses objetivos pela mútua compreensão das recíprocas finalidades, as desta Associação e das instituições fiscais, foi obra útil, criadora de uma era de positivas vantagens, dentro da qual a vida econômica e financeira se harmonizem e se completem como termos convergentes e formadores de um só e mesmo interesse comum e nacional.

O Tesouro não é o policial de Comércio: deve ser o seu amigo, o seu conselheiro, o seu sócio solidário, uma vez que não pode viver sem êle e, no Brasil, devido ao vício da nossa organização tributária, quasi que só dêle pode viver.

Não procuro lisongear o comércio, a cuja porta nunca virei pedir homenagens nem favores, hesitando, mesmo, hoje, ao saber das improvisações da vossa generosidade.

A orientação que procurei seguir, é velha na minha formação e a trouxe do aprendizado acadêmico e do Conselho do grande Montesquieu, no seu "*Espirito das Leis*":

"O comércio percorre a terra, foge de onde é oprimido, instala-se, multiplica-se onde as leis o deixam respirar".

Senhor Presidente — Confesso que se não fôsse esta oportunidade não voltaria ao debate dos assuntos econômicos e financeiros. Esta matéria, ainda quando comporte divergência na sua apreciação, exclue as polémicas e as discussões estereis, vasadas na contradita, na répua, na vesania das verbiagens.

A natureza do assunto, o sentido objetivo do meu espírito, a finalidade impessoal das indagações e mais do que tudo isso, a estima particular que voto ao eminente Dr. Cincinnati Braga, fundada na mais pura tradição familiar, legada pelo meu pai a todos os meus, e mui particularmente a mim mesmo, excluía a possibilidade, que constato com in-

timo amargor, de terem provocado as minhas palavras tão injustas quão improcedentes objurgações de S. Ex.

Forcei êste resto de atividade ministerial, aproveitando-me do aparente repouso dos domingos, não para responder, mas para restabelecer a verdade da nossa economia e das nossas finanças, confundida no último discurso do meu sábio e eminente contraditor.

A fantasia e a ilusão em todas as suas manifestações, as que exaltam e as que deprimem, são fórmulas inferiores de pensar e de viver.

O grande esforço humano visa compreender e realizar.

As demais atitudes são enganosas e estereis: conduzem para o irreal.

E quando assumidas por homens públicos, levam os povos aos grandes sacrifícios.

Não há lógica, nem filosofia, nem sapiência, nem patriotismo, fóra da verdade.

A política da verdade é a única capaz de organizar os povos, ou de salvá-los.

Procurei fazê-la sem reservas, sem o manto diafano das fantasias.

Estudando a ação do Govêrno Revolucionário declarei, inaugurando, talvez, uma nova atitude governamental, desconhecida em nossos anais republicanos:

*“A situação financeira não sofreu alterações fundamentais. É forçoso confessá-lo. Não devemos usar da velha linguagem oficial, forma de que lançavam mão os governos, com balanços adrede preparados e argumentos artificiosos, para enganar o povo.*

*Mentir é quasi roubar; é enganar, é fraudar, é lesar a opinião pública.*

*Devemos ser verdadeiros.”*

Fiz mais. Comparecí, interpelado, perante a Assembléa Constituinte e não tive dúvidas em expor a verdade nua e crúa da história das nossas dívidas, criticando os próprios atos do Govêrno Provisório.

A minha linguagem tem sido clara e incisiva na proclamação da verdade da nossa vida.

Não fiz romance, não contei histórias, não fantasiei números, não disfarcei *deficits*, não occultei erros, não reusei críticas, não fugi a responsabilidades.

Minha palavra e minha ação, submeti-as sempre á luz clara dos meios-dias.

Entrando em um debate por força de minha função, falei com simplicidade, com sinceridade, com claridade.

Não fui otimista, nem me arvorei em defensor, nem em acusador de governos.

Por vezes, acusei-me com o desassombro dos que querem aprender, corrigir, e até emendar-se.

As minhas conclusões, as de ordem geral e particular, desafiavam, ainda agora, uma crítica fundada.

A resposta do meu eminente amigo Dr. Cincinato Braga, desviando muitos assuntos, alterando e confundindo quasi todos, saiu do terreno das investigações puras, procurando arrastar o debate para o campo das competições infrutíferas.

Há uma profunda e justificada curiosidade da opinião no esclarecimento amplo, irrestrito das questões fundamentais da nossa economia e das nossas finanças.

Não me posso excusar, ainda que profundamente contrariado pela natureza da discussão, de prestar ao País o concurso das minhas observações.

Faço-o, agora, perante esta Associação, renovando o testemunho da minha amizade e da minha admiração pelo meu eminente contraditor, na divergência, se possível, ao registrar, em suas notáveis peças parlamentares, a fôrça sempre nova da sua inteligência, a elevação da sua cultura, a energia das suas convicções, e o seu entranhado amor ao Brasil.

Espero de S. Ex., da nobreza com que debate estes assuntos e dos altos propósitos com que fala ao seu país, que, ao fim da leitura desta exposição, possa, como em dias ainda não esquecidos por nós, reafirmar o seu credo cívico, a sua fé nos nossos destinos, a sua confiança na grandeza da República, apostolando, como outrora, nas gerações, num sentido maior e melhor.

Um mau govêrno, e temos tido tantos, não faz mau um povo, nem pequeno um país.

Ele passa, como um temporal, pela superfície, despertando na alma das nações as energias fecundas do reerguimento e da renovação dos povos.

O poder do Brasil de crescer e multiplicar-se é maior de que todos os outros poderes, sobremodo do que os efêmeros poderes governamentais.

Já tive oportunidade de dizer que as próprias revoluções no Brasil são tempestades de costas na imensidade do Oceano.

Confesso-vos que acho graça, e não tenho outra expressão para usar, nos timoratos e pessimistas que olham para o Brasil com o amargor daqueles que na contemplação do viço de uma criança, divisam já a frieza dos cadáveres; na alvorada dos dias tropicais pensam em noites polares e na exuberância das nossas terras enxergam apenas futuros cemitérios...

Nem Leibnitz, nem Malthus, fóra da metafísica, dentro da realidade, não vejo motivos para celebrarmos, em cantochões, as exéquias do Brasil.

Antes, nas dificuldades presentes, nos erros passados, nas atribuições universais, só enxergo horizontes imensos e desanuviados para os destinos brasileiros.

Não vim aqui para tecer lóas ao meu País, nem para fazer encomios ao seu Povo, nem para elogiar ou acusar os seus governos.

Vim para procurar expor, neste ambiente de insuspeição e superioridade, a nossa estrutura econômica, a nossa organização financeira, a situação do Brasil, com a imparcialidade das manifestações puras e bem intencionadas.

Procurarei desempenhar-me desta tarefa, ordenando o material, dando sequência aos capítulos, por forma a não perder a rota traçada pelo eminente e sábio Dr. Cincinato Braga, mas, também, de modo a não sacrificar, pelo detalhe, em que S. Ex. primou, a visão conjunta e panorâmica das nossas atividades.

#### *Razão de ordem*

Dentro dessa razão de ordem, a resposta não se pôde limitar a críticas unilaterais ao discurso desse eminente homem público.

Isso restringiria o debate, talvez, aos setores menos importantes do sistema econômico nacional. É necessário expor as linhas gerais da economia do País, examinando-as com o espírito isento de cogitações políticas ou pessoais.

Nesta exposição de caráter nitidamente objetivo, devemos abstrair as divagações e as apreciações subjetivas.

Procurarei satisfazer a curiosidade pública, mal orientada na compreensão de nossos problemas, apresentando dados, números e juízos concretos e positivos.

Éstes encarregar-se-ão, por si mesmos, de criticar as opiniões apressadas, as asserções fantasiosas, as incriminações injustas com que se tem procurado subestimar a ação do governo e, o que é mais grave, a própria situação do Brasil.

Em matéria econômica, os fulgores do verbalismo, tão do agrado do nosso temperamento tropical, a desestima por nós e pelas nossas coisas, tão do veso dos nossos falsos sabedores, não poderão contra os elementos numéricos, sistematicamente grupados nas séries estatísticas fundamentais, nem contra os dados concretos da vida nacional.

Vali-me nesse estudo, da cooperação dos que se dedicam a estas investigações, especialmente dos trabalhos dos Drs. Souza Reis e Léo d'Afonseca, dois técnicos perfeitos e dois esforçados patriotas.

Comigo mais particularmente colaboraram o Dr. Otávio de Bulhões e, mais que todos, dando o schema de vários capítulos, o Dr. Paulo Frederico de Magalhães, aqui presente,

estudioso de larga invergadura e ao qual pôde esta Associação confiar a sua nova cathedra para úteis explanações sôbre a nossa vida econômica e financeira.

### *A estrutura econômica*

Comecemos pelo estudo, em grandes linhas, da nossa estrutura econômica.

A crise universal veio demonstrar que cada povo, ainda que submetido ao conjunto mundial, tem uma economia diferenciada, com caráter próprio, com um sistema íntimo, com uma constituição específica, decorrente de três fatores básicos — a terra — o capital — o trabalho — e de inúmeros outros, complementares ou secundários, entre os quais os geograficos, os raciais, os políticos e ainda tantos mais.

O complexo desses elementos dá o caráter estrutural da economia de um país, habilitando os homens públicos a orientarem sua ação no *brouhaha* econômico-financeiro contemporaneo, com relativa segurança nas previsões e nas providências.

O Brasil é um País *agro-industrial*, uma vez que a produção agrícola e a industrial, somando cada uma mais ou menos cinco milhões de contos anuais, se equiparam, equiparam-se.

No quadro das oscilações da economia universal, o caráter mixto e equilibrado da nossa produção, foi o fator preponderante da nossa relativa resistência aos efeitos mais profundos da crise mundial.

Podemos, mesmo, afirmar que a nossa economia, dada a sua organização, em quasi nada foi, nem será afetada pelo desnível da economia geral dos demais povos.

Ernst Wageman, em sua notável obra sôbre “A Estrutura e Ritmo da Economia Mundial”, constata este fenómeno:

“Cuando la industria y la agricultura se hallan en situacion de equilibrio, la economia nacional logra alcanzar un elevado grado de resistencia contra las crises.”

O nosso mercado interno, de mais de 40 milhões de habitantes, absorve a totalidade da produção manufacturada e mais de 50% da produção agro-pastoril. As nossas exportações atingem apenas a 30% da produção global e essa percentagem é completada inteiramente pela produção agrícola e pecuária, uma vez que não exportamos, ainda, produtos industriais.

O *mercado interno* é, pois, três ou mais vezes maior do que o *mercado externo*, fator da estabilidade da vida do País, mesmo ante a depressão geral da economia dos outros povos.

Dependendo a nossa produção global apenas em um têrço, ou menos, da ação dos mercados e preços mundiais, resguardamos a economia brasileira das fundas e anárquicas perturbações que assinalaram esta etapa comercial da vida das Nações.

Mesmo assim, a baixa geral dos preços, atingindo somente êste têrço da nossa produção, trouxe, nêste setor das nossas atividades, uma perturbação que devemos estudar para prever e prover sôbre os seus males e remédios.

Ao nosso País acorreram capitais com *fins econômicos*, aplicando-se em iniciativas e empresas lucrativas, e com fins financeiros, sob a fôrma de *empréstimos públicos federais, estaduais e municipais*.

A queda do valor ouro das nossas exportações, atingindo um têrço da nossa produção, ainda que profunda — bastando considerar o sacco de café que de quasi 5 £, desceu para menos de 2 £ — não seria de repercussão maior, se a política financeira houvesse correspondido ao instinto construtor e providente da economia nacional.

Continuaríamos, como continuamos, a obter, mesmo assim, saldos na nossa balança comercial, a manter a estabilidade e a melhoria do poder aquisitivo interno e externo da nossa moeda, e o ritmo do nosso progresso econômico seria seguro, ainda que sem grande intensidade.

Senão chegamos a essa situação, a que a estrutura econômica do País nos conduziria naturalmente, o foi pela política insensata dos nossos governos, que, sem medir os onus crescentes dos nossos compromissos financeiros, entregaram-se ininterruptamente á orgia dos empréstimos externos tomados como demonstrei de público, para manter e pagar empréstimos anteriores e para cobrir *deficits* orçamentários.

A nossa estrutura *econômica*, não obstante, vem resistindo aos penosos efeitos da depressão mundial, e resistirá porquê só estamos vinculados ao intercambio internacional de mercadorias e aos preços, por uma parte relativamente reduzida de nossa produção total.

Desde que sobreveiu a crise mundial, a nossa produção não diminuiu em volume físico; o nosso comércio interno se manteve, aumentando a tonelagem das nossas exportações. A nossa estrutura econômica não regrediu. Continuamos exportando mercadorias, cujo valor-ouro total alcançava nível suficiente para pagar não só as mercadorias importadas, como também parte dos lucros dos nossos capitais de emprêsas estrangeiras aquí estabelecidas; apenas, não pudemos converter em moeda estrangeira o serviço dos capitais externos tomados de empréstimos pelos poderes públicos.

As nossas dificuldades são financeiras; não são dificuldades econômicas.

A nossa crise não é estrutural, como a de quasi todos os grandes povos, e, por isso mesmo, como vêm afirmando grandes publicistas, seríamos, como fomos dos primeiros a entrar na fase da recuperação, que precede as éras prósperas e construtoras.

*A balança de pagamentos e o peso da dívida pública externa*

Não fosse essa circumstancia — abuso dos empréstimos externos, com aumento crescente do valor do serviço de amortização e juros — teria o Brasil obtido uma posição de equilíbrio na sua balança de pagamentos internacionais.

Em 1932, as remessas referentes aos lucros de capitais estrangeiros e envios de emigrantes eram assim estimados em libras:

a) Lucros de capitais estrangeiros applicados no Brasil. . . . .	£ 12.000.000
b) Remessas de emigrantes coloniais não operárias e para brasileiros no exterior. . . . .	£ 6.000.000
c) Total. . . . .	<u>£ 18.000.000</u>

Isso significa que, se não tivéssemos dívida pública externa, um saldo de 18.000.000 de libras em nossa balança comercial seria suficiente para o equilíbrio da nossa balança de pagamento, mesmo abstraída a entrada de capitais novos no País. Se os excedentes da exportação sobre a importação de mercadorias fossem inferiores áquela importância, poderia surgir na balança de pagamento um saldo passivo de pequeno valor, que seria facilmente compensado com as novas entradas de capital estrangeiro, mesmo em épocas de retraimento, generalizado dos mercados financeiros mundiais.

Ao invés disso, chegamos á situação oposta na balança de pagamentos, porquê a dívida publica externa, ininterruptamente aumentada, exigia em 1932 um serviço anual de cerca de £ 24.000.000. Por influencia dessa parcela, os elementos permanentes do passivo da nossa balança de pagamentos importavam (dados de 1932), em cerca de 42.000.000 de libras, e, para fazer face a esse passivo, só dispunhamos dos saldos da balança comercial.

Essa situação difficil foi mascarada durante muito tempo, apesar da advertência de dois "fundings", e da prorrogação dos prazos de pagamento de nossos empréstimos por mais 26 anos! Os "deficits" da balança de contas eram cobertos com *empréstimos públicos externos*. Esses novos empréstimos produziam o aumento progressivo da quóta de

amortização e juros, criando um *fundo de estabilidade* nas nossas relações internacionais.

Enquanto foi possível prosseguir no regime de tomar novos empréstimos no estrangeiro, obteve-se, mas *artificialmente*, o equilíbrio da balança de pagamentos. De 1926 a 1930, entraram no país, em virtude de empréstimos, 94 milhões de libras, que iriam sobrecarregar, ainda mais, o pesado serviço da Dívida Externa.

Antes do advento do Governo Provisório, essa política insensata chegou ao seu termo, e, então, revelou-se o fundo de *instabilidade*, por falta de novos empréstimos. Para um passivo de 42 milhões de libras por ano, na balança de pagamentos, só poderíamos contar com os saldos da balança comercial, e esses saldos, no período de 1924-1929, em fase de prosperidade nacional, haviam importado, *em média*, em 14 milhões de libras anualmente.

#### *A valorização do café*

País exportador de produtos agro-pecuários, nossas exportações sempre foram representadas em sua maior quóta, por um único produto, o café. Essa índole *unitaria* das nossas exportações nos colocava, no intercâmbio mundial, sob o jugo das crises de um só produto, enfraquecendo a resistência do nosso sistema econômico nas inevitáveis crises cíclicas da economia mundial.

Sobrevinha a super-produção, o corretivo seria automático pela consequente queda dos preços, com a qual se deveria procurar o reajustamento dos seus excedentes.

Em vez disso, os governos, dominados, como sempre acontece nos regimes políticos liberais, por certos grupos econômicos, e estimulados pelas facilidades do crédito internacional a longo prazo e juros módicos, enveredaram pelo caminho da valorização artificial dos preços.

Essa valorização assentava sobre a conjugação de duas bases inseguras: a retenção que não poderia ser indefinida e o crédito externo que não podia ser ilimitado.

Criou-se, assim, outro *fundo de instabilidade*, que explodiu ainda na vigência do governo transato, justamente quando, sentindo aquele governo a impossibilidade de manter a estabilização, procurou na valorização do café aumentar as disponibilidades no exterior para manter as taxas oficiais a atender ás exigências da balança de contas.

#### *A remuneração do capital*

Ao *fundo de instabilidade* criado pela política financeira dos empréstimos federais, estaduais ou municipais, agregaram-se outros.

Política de obras e de serviços públicos, caracterizada pela inversão, com garantias especiais, de capital alienígena em nosso país, veio criar novo *fundo de instabilidade*.

Esses capitais, atraídos pelas franquias, pelas concessões, isenções, garantias de juros, e mais favores, governamentais foram aplicados em vias férreas, portos, exploração de serviços urbanos, etc., por forma menos reprodutiva do que a exigida pelo capital.

O resultado, aliás, observado pelo Dresdner Bank, em uma publicação feita em 1930 — antes do advento da Revolução — sob o título “Les forces économiques du monde”, teria que ser fatal á vida do País.

Nesse notável estudo o Brasil foi incluído, e com grande acêrto, entre os países, nos quais as rendas decorrentes do capital estrangeiro invertido, eram inferiores ás necessidades do serviço de amortização e juros deste capital.

A falta de correlação entre as exigências do capital e a sua produtividade viria agravar, como se pode verificar das nossas estatísticas, ainda mais, o *fundo de instabilidade*, criado pela errada política financeira dos nossos dirigentes.

#### *A política monetária*

A conjugação desses três *fundos de instabilidade* criados pelos *empréstimos públicos*, pela *remuneração deficiente do capital* e pela *política financeira do café*, seria agravada ainda pela *política monetária*.

O fundo de instabilidade de nossa produção exportável (super-produção de café, retenção de stocks) e da balança de capitais (balança de pagamento devedora do serviço de dívida pública externa) indicava, por si só, a necessidade de sérios estudos do problema monetário através a audiência de técnicos qualificados. Acrescente-se a isso, a inexistência de crédito agrícola, de crédito industrial, de legislação bancária e de um banco central coordenador do sistema bancário, e ter-se-á uma imagem nítida do quadro da economia brasileira na época dos passos preliminares que haviam de conduzir á estabilização de 1926.

Contrafu-se um empréstimo externo de 17 milhões de libras e criou-se a Caixa de Estabilização, enquanto a Carteira Cambial do Banco do Brasil, que deveria exercer uma função reguladora do meio circulante, continuava a funcionar autonomamente. O meio circulante foi subitamente inflacionado e passaram a co-existir duas especies de moeda, ambas circulando internamente: a conversível e a inconversível.

Fortalecido o mercado cambial com o jacto de 96 milhões de libras esterlinas de empréstimos e de vultosas re-

versões de capital, a estabilização manteve-se durante algum tempo. Isso seria de prever. O fundamental, porém, era prever qual seria a situação da reforma quando os desequilíbrios da balança de pagamento não pudessem mais ser neutralizados com novos empréstimos externos ou com inversões de capitais no País.

Em fins de 1929, com o surto agudo da crise mundial, o preço ouro do café nos mercados externos sofreu violento colapso, e, em consequência, o valor-ouro das nossas exportações entrou em progressivo declínio, já verificado no primeiro semestre de 1930 (vide índices mensais do comércio exterior do Brasil no período 1929-1933, pela secção de Estatística do Banco do Brasil, apenso ao relatório do exercício de 1933).

Operava-se, simultaneamente, uma retração dos mercados internacionais de capital.

Era o surto agudo da crise do Brasil, que haveria de dar por terra com o plano de estabilização. Imponha-se a imediata proibição da exportação de ouro em espécie, para ulterior estudo da política econômica e financeira, adaptável às novas condições da nossa economia e da universal.

Entretanto, o Governo anterior, na ansia de manter a estabilização monetária, e defrontando-se com o obstáculo insuperável de ser a procura de cambiais muito superior à oferta, resolveu intervir no mercado de cambio, para ordenar ao Banco do Brasil que sacasse a descoberto sobre seus banqueiros do exterior, afim de equilibrar o mercado de cambiais. (Dr. Whitaker, pag. 28. A administração financeira do Governo Provisório). *Regularização da situação externa* — “No estrangeiro a situação do Banco apresentava-se, igualmente, gravíssima, exigindo providências imediatas.

“Desde algum tempo a desorientação de suas operações cambiais atingiria francamente á insanía. Para se verificar que não exagerei, lembrarei, apenas, que em 30 de outubro de 1929, um ano antes da revolução, o descoberto vencido era de £ 12.600.000; em 31 de dezembro do mesmo ano passou a ser de 15.160.000; em 5 de abril de 1930 atingiu a £ 12.211.000.

Em 7 de outubro de 1930, em plena revolução, ainda era de £ 12.071.000, a-pesar-da formidável evasão do ouro da Caixa de Estabilização, cujo saldo passara de £ 20.568.000, em 1 de fevereiro de 1929, a £ 3.164.258, em 4 de novembro de 1930! Com a remessa de ouro, em espécie, feita pelo Governo deposto na última quinzena de outubro, o descoberto cambial do Banco do Brasil desceu a £ 7.324.086, que foi o encontrado pelo Governo Provisório, sendo, porém, de notas que muitas coberturas não eram reais e que

os compromissos vencidos, ou por vencer, até o fim do mês de novembro, excediam de £ 5.400.000.

“Para sustentar essa terrível posição, o Banco dispusera de créditos, na importância de cerca de £ 6.000.000, e utilizara-se habitualmente de *swaps*, recursos êsses além de dispendiosos, extremamente precários, uma vez que os créditos podiam ser retirados com simples aviso, e os *swaps* precisariam ser conseguidos, ou renovados todos os trimestres. Além disso, comprava constantemente café por intermédio das firmas Hard, Rand & Comp. e Murray, Simonsen & Comp., e o remetia á consignação para o exterior, sacando, desde logo, uma parte do valor respectivo. Destas considerações restavam a se vender, quando assumi o governo 394.894 sacas.

“Abalada, porém, a confiança, pela suspeição que, por fim, criaram as circunstancias expostas, e também pela intranquilidade resultante da situação política anormal, os recursos financeiros até então empregados simultaneamente, sendo os créditos cancelados e, ao mesmo tempo, recusadas as renovações dos *swaps*. Nessas condições, foi indispensável, para aliviar a posição do Banco, embarcar imediatamente, como já expliquei, o resto do ouro que ainda lhe pertencia e que importava em £ 4.376.980-5-6, por já terem sido desligadas £ 1.000.000 da garantia anteriormente constituida para a emissão de 300.000:000\$000. Não bastando estas remessas que, em parte, aliás, só momentaneamente poderiam servir ao Banco, por isso que delas também necessitava o Tesouro para pagamento das prestações de nova dívida externa, e urgindo atender a títulos de responsabilidades do mesmo Banco que, sucessivamente se venceriam dentro de prazo breve, tive que recorrer aos bons officios de nossos correspondentes em Londres e com êles concluir, ás pressas, o empréstimo de £ 6.505.000, que cobririam temporariamente os compromissos existentes.”

---

*Desde o primeiro saque do Banco do Brasil, a descoberto, o nosso cambio era de fato nominal, embora continuasse a figurar nas tabelas officiais como sendo de 5.115 pence por mil réis.*

Êsses saques sem fundo, que atingiram em abril de 1930 18.120.000 libras, expunham á falência o nosso maior instituto de crédito, eixo do sistema bancário da Nação.

Com que elementos contava o Governo para regularizá-los no futuro? Ninguém o sabe. O ouro então existente na Caixa de Estabilização importava em cerca de £ 7.500.000.

O excedente do descoberto só poderia ser regularizado por uma operação de crédito externo cuja possibilidade foi, pois, erroneamente prejulgada e preadmitida, em questão de tamanha relevancia.

É falso que o Governo Provisório ao assumir o poder, houvesse encontrado o cambio a 6 d.; elle o encontrou nominal, com cambiais do Banco do Brasil apontadas com um descoberto de £ 12.071.000.

A Caixa de Estabilização, de £ 20.568.000 em 1 de fevereiro de 1929, retinha em suas arcas apenas £ 3.164.258 em 4 de novembro de 1930, dia da posse do Governo Provisório.

Havia, ainda, £ 1.000.000, garantindo a emissão de 300.000 contos, liberado pelo meu antecessor.

Não é, pois, verdadeira a afirmação de que o Governo Provisório houvesse encontrado uma reserva-ouro em espécie no valor de £ 7.500.000, uma vez que, remetendo todo o ouro encontrado, ainda teve que fazer uma operação de £ 6.000.000 para evitar a falência do Banco do Brasil, que seria arrastado pelas exigências das suas contas descobertas.

E ainda mais. Esse ouro estava preso ás notas conversíveis, emitidas no País, que ficaram, assim como ficam sujeitas ao curso forçado.

Essas notas montavam a mais de cem mil contos e estão hoje reduzidas a menos de um t<sup>er</sup>ço graças á política atual.

Eis aí, meus senhores, sem agravos, nem recriminações, com isenção e clareza, a situação economico-financeira do Brasil, na hora em que a Revolução chegou ao Poder.

#### *Situação em que o Governo Provisório encontrou o País*

O último governo da República compreendeu o período 1927-1930, que póde ser subdividido em duas fases.

*Primeira fase:* — anos de 1927, 1928 e 1929, caracterizados por uma prosperidade geral (embora em grande parte meramente aparente) do mundo e do Brasil;

*Segunda fase:* ano de 1930, primeiro ano dos efeitos da crise econômica do Brasil (manifestações de fraca intensidade). Ao Governo Provisório, nos seus dois primeiros anos, deparou-se uma crise de grande intensidade, que atingiu o máximo em 1932.

Na comparação entre as duas situações, é necessário levar em conta essa circumstancia importante.

No período 1927/1929 manteve-se a estabilização monetária, que favoreceu o governo nas despesas públicas referentes ao serviço da Dívida Externa, quando se exprimem tais despesas em moeda nacional, sustentou-se artificialmente, e graças a dois vultuosos empréstimos externos, a posição do café, acumulando-se metodicamente todos os fatores causais de uma crise de proporções dramáticas; e afinal mascarou-se a situação deficitária da balança de pagamentos com empréstimos públicos. *Na aparência, tudo ia*

*muito bem, mas, na realidade, caminhávamos para um desastre iminente e de proporções imprevisíveis.*

Já foram expostos, um a um, todos os elementos econômicos que, no seu conjunto *mostraram a gravíssima situação do sistema econômico nacional na época em que o Governo Provisório assumiu o poder.* Também já foi demonstrado que os sintomas de uma seria crise *estavam patente desde meados de 1930.*

Essas afirmativas *não foram, nem podiam ser, contestadas* por quem quer que seja porquê a coragem de fantasias tem limites. Libertados do onus de repisá-las, trataremos, nas epígrafes seguintes, das principaes medidas de ordem econômica tomadas pelo Governo para corrigir esta situação.

É nosso intuito expôr, em fórmula sintética e objetiva, certos elementos indispensáveis á compreensão de problemas que estamos debatendo.

#### *Situação da balança de pagamentos a partir de 1931 — Origens do terceiro "funding" e da instituição do monopólio do cambio*

Cessada quasi completamente desde 1930 a corrente internacional de capitais (tanto para empréstimos a governos, como para outras aplicações), a situação da nossa balança de pagamentos, a partir daquele ano, apresentou-se ao Governo Provisório com dificuldades insuperáveis, motivadas pela anterior política de continuo aumento dos fundos tomados no exterior.

Os elementos passivos da balança de contas importavam em cerca de £ 42.000.000 (não computadas a importação de mercadorias nem o descoberto do Banco do Brasil) e para enfrentá-los só dispunha o País dos excedentes das exportações sobre as importações de mercadorias, numa época caracterizada pela regressão do comércio exterior de todas as Nações.

Esses excedentes, nos últimos anos do período de prosperidade, haviam sido manifestamente insuficientes para o equilibrio da balança de contas, como se vê no quadro abaixo (em libras-ouro):

1927.....	9.055.000
1928.....	6.757.000
1929.....	8.178.000

Em 1930, havia permanecido a insuficiência, pois o saldo da balança comercial havia sido de 12.127.000 libras-ouro.

Com a queda do preço-ouro do nosso principal artigo de exportação, a perspectiva era a diminuição do valor-ouro das nossas exportações, de 1931 em diante; e não podíamos,

a não ser transitoriamente, restringir o volume das importações, porquê o País não poderia viver muito tempo sem os "bens de produção" (máquinas, trilhos, etc.), as matérias primas e certos produtos básicos (carvão, cimento, gasolina, etc.) — que tem de comprar no exterior.

Por outro lado, era indispensável liquidar o descoberto de £ 6.500.000, a cargo do Banco do Brasil.

As disponibilidades-ouro, constituídas exclusivamente pelas mercadorias exportadas, tinham de ser aplicadas:

- a) no pagamento das mercadorias importadas;
- b) na liquidação do descoberto do Banco do Brasil (£ 6.500.000 em 2 anos);
- c) no serviço da dívida pública externa;
- d) na remessa dos lucros dos capitais estrangeiros.

*Era materialmente impossível conseguir isso apenas com o valor-ouro das mercadorias exportadas.*

Impunha-se, portanto:

Reduzir as importações, em carater transitório, ás mercadorias estritamente indispensáveis á manutenção da vida nacional:

Obter-se um acôrdo com os credores externos do Governo Federal, de modo a reduzir-se durante alguns anos o serviço da dívida.

Até setembro de 1931, o Governo Federal prosseguiu normalmente, embora á custa de grandes sacrificios para o mercado cambial, no serviço integral da sua dívida externa. Daí, por diante, tivemos, porém, de solicitar um acôrdo com os credores, *não por dificuldades orçamentárias do Governo Federal*, mas pela absoluta impossibilidade de obter no mercado as cambiais em moeda estrangeira suficientes para a remessa do serviço.

Celebrado o "terceiro *funding*", que importou numa suspensão de parte do serviço da dívida externa federal, era necessário assegurar o seu cumprimento, por meio do monopólio de compras, conferido ao Banco do Brasil. Com esse monopólio, ficava garantida a obtenção das cambiais necessárias á liquidação do descoberto do Banco do Brasil e ao serviço da parte não suspensa da dívida externa federal. e o comércio legítimo teria moeda estável.

Mas o monopólio, *instituído em carater provisório*, não teve apenas esse objetivo, e sim também o de impedir uma alta violenta dos artigos importados, alta que, acarretando o encarecimento da vida, tornasse difíceis as condições de vida da maioria da população.

Era mais um *fundo de instabilidade*, o monetário.

### *Os fundos da instabilidade*

O mais pesado, porém, era o das dívidas externas. Não era possível pagar £ 25 milhões por ano, mas era dever nosso pagar quanto fôsse possível. O estudo dos valores da nossa balança comercial, das nossas possibilidades financeiras, permitia-nos concluir por uma disponibilidade anual de £ 8 milhões.

Sôbre esta base fez-se o *esquema das dívidas*, desafiando-se, assim, a nossa balança de pagamentos.

Com uma redução de mais de £ 16 milhões por ano, atenuando-se, para a nossa economia, os malefícios do pêso dêsse compromissos, superiores á nossa capacidade e criadores da instabilidade do nosso comércio com os países credores.

Em contos de réis, o Brasil recebeu 10 milhões m/m, pagou oito milhões e meio, e ainda deve de capital quasi 10 milhões, sem contar o serviço de juros.

Uma revista estrangeira, fazendo o balanço das nossas dívidas, fornece dados similares:

Tomámos de empréstimos £ 431.418.254, pagámos £ 177.951.871, e devemos, ainda, £ 251.466.383, capital em circulação.

A realidade, é que pagando dívidas com novas dívidas, o que a nossa política fez foi aumentar essas dívidas, ao invés de diminuí-las.

Os próprios "fundings" não são senão expedientes, artificios usados para postergar pagamentos com emissão de títulos, que passam a constituir, praticamente, novos empréstimos.

O esquema, que é objeto do decreto que tenho a honra de submeter á aprovação de V. Ex., contrariando essas normas, importa na redução virtual do capital pela redução real dos juros e na incorporação ao País de vultosa importância, que deveria ser paga aos nossos credores.

Durante os quatro anos compreendidos no esquema deveria pagar o País para manter o serviço de seus empréstimos, £ 90.664.000 — vai pagar £ 33.645.000 — recebendo integralmente os cupões, o que importa em pagar menos £ 57.019.000, vantagem efetiva conseguida para o erário federal, estadual e municipal do Brasil.

Ainda pela cláusula 8, do Plano, ficará o pagamento dos atrasados estaduais e municipais atuais, transferidos para o fim dos empréstimos, o que importa em dar o prazo de 20, 25 e mais anos para obrigações, num total de £ 16.426.600, ou quasi um milhão de contos e sem juros.

O resultado efetivo para o Brasil foi o seguinte:

1) atrasados estaduais e municipais transferidos, sem juros, para pagamento no fim dos respectivos empréstimos: £ 16.426.600 = 985.596:000\$000;

2) importância que deixa de pagar, recebendo dela plena quitação nos quatro anos do "funding": £ 57.019.000 = 3.421.140:000\$000;

3) liberação consequente dos depósitos estaduais e municipais em mil réis, pelo valor do item 1°, podendo ser aplicado no pagamento da dívida interna ou obras reprodutivas;

4) liberação do depósito especial do Governo Federal, num total de 1.119 mil contos, durante todo o período do "funding" de 1931.

A essas vantagens concretas, que somam mais de 5 milhões de contos, devemos acrescentar as de ordem moral, de não menor significação para o País.

As nações estão divididas em três classes:

- 1) as que não podem pagar;
- 2) as que podem pagar e não querem pagar ou estão pagando com redução;
- 3) e as que fazem um supremo esforço para pagar tudo quanto lhes é possível pagar.

Entre estas últimas, com a adoção do esquema, vae inscrever-se o Brasil, dando, mais uma vez, o testemunho do espírito de sacrificio do seu povo, afim de honrar seus compromissos.

Obtida a aceitação geral do esquema, aliviou-se o País, por algum tempo, de uma carga superior ás forças da sua economia.

Resolvido este fundo de *instabilidade*, cumpria ao governo enfrentar a solução dos demais.

Avultarei, sobre todos, o do Café, criado no propósito de sanar o das *dívidas* e da *política monetária*, mas que, por isso mesmo, veio a formar o mais sério e mais grave, como um desatino praticado para corrigir erros cometidos.

A situação do café, encontrada pela Revolução era a de *stocks acumulados*, *super-produção*, *sub-consumo*, e *degradação de preço*.

A 30 de junho de 1930 tinha o Brasil os seguintes "stocks de café:

	Sácas	
Disponível nos portos . . . . .	1.579.000	
Retidos nos Reguladores . . . .	23.691.000	25.270.000

De 1930|31 a 1930|34 o Brasil colheu as seguintes safras:

	Sácas	
1930 31 . . . . .	16.850.000	
1931 32 . . . . .	27.220.000	
1932 33 . . . . .	16.280.000	
1933 34 . . . . .	29.700.000	90.050.000

E, no mesmo período, o Brasil exportou as seguintes quantidades de café:

	Sácas	
1930 31 . . . . .	17.523.600	
1931 32 . . . . .	15.277.100	
1932 33 . . . . .	12.148.900	
1933 34 . . . . .	15.888.400	60.838.000

Temos, pois, que se o Governo Provisório não intervisse nos negócios de café, afim de restabelecer o equilíbrio estatístico do produto, a situação a 30 de junho de 1934 teria sido a seguinte:

	Sácas	
Existência a 30 6 30: . . . . .	25.270.000	
Sáfra 1930 31 a 1933 34 . . . . .	90.050.000	115.320.000

A deduzir:

Exportação 1930 31 a 1933 34..	60.838.000
Excedente, em 30 de.....	54.482.000

Em virtude, porém, da energica intervenção do Governo Provisório, a princípio diretamente e depois por intermédio do Conselho e do Departamento Nacional do Café, em lugar dessa esmagadora situação encontrámo-nos, a 30 de junho, findo, ás portas de uma colheita minúscula, manifestamente inferior ás necessidades da exportação normal do novo ano agrícola, com o remanescente de apenas 1.800.000 sácas em S. Paulo, — remanescente êsse que facilmente se escoará dentro de dois meses.

E tal milagre, de transformar o aterrador excesso previsto de 54.482.000 sácas nêsse imponderável remanescente de 1.800.000 realizou-o o Governo Provisório sem alardes, sem ruinosos empréstimos externos, sem calamitosas emissões de papel-moeda, sem humilhantes hipotecas de rendas no estrangeiro. Criou, é certo, uma taxa de exportação sobre o café, recurso que a depressão cambial tornava perfeitamente suportável. Mas toda a arrecadação do novo tributo tem sido integralmente aplicada na compra e eliminação das sobras das safras, e nos demais serviços a cargo do extinto Conselho e do atual Departamento Nacio-

nal do Café. Nem um shilling foi desviado para fins extranhos á defesa do café. E ainda — como os recursos da taxa não bastassem ás necessidades que se patentearam — o Tesouro e o Banco do Brasil suprimiram o Conselho e o Departamento, a título de antecipação de receita, de todo o numerário preciso.

Foram assim, comprados os vultosos stocks encontrados pela Revolução e todas as sobras que de então para cá se verificaram.

Eis as parcelas dessa gigantesca operação:

Cafés Comprados		
Sácas		
Por fôrça do decreto 19.688	17.982.493	1.019.169:759\$800
Em Santos . . . . .	13.002.896	898.168:601\$100
Em S. Paulo . . . . .	3.862.944	241.624:465\$600
No Rio de Janeiro . . . . .	1.914.117	141.216:594\$070
Em Vitória . . . . .	682.093	49.610:440\$190
Em Paranaguá . . . . .	123.182	9.970:175\$400
Na Baía . . . . .	2.000	146:000\$000
Em Recife . . . . .	789	51:611\$000
Sáfra 1933 34 — Quóta		
40 % . . . . .	10.800.000	324.000:000\$000
Total . . . . .	<u>48.327.514</u>	<u>2.683.957:648\$060</u>

Se a êsse total, de 48.372.514 sácas, adicionarmos 1.800.000 sácas do remanescente paulista acima aludido; mais 1.500.000 sácas de aumento dos stoks nos portos nacionais entre 30|6|30 e 30|6|34; e mais 2.800.000 sácas de retenção voluntária em São Paulo e em Minas (para escapar ao pagamento da quota de 40%) — teremos 54.472.514 sacas, ou seja, em números redondos, o mesmo total asfixiante, que, sem a ação decisiva do Governo Provisório, estaria agora sepultado nos Reguladores, a deprimir as cotações, a impedir o escoamento das novas safras, a arruinar o produtor, a estagnar o comércio e a abalar em seus alicerces a economia do País.

A intervenção do Governo revolucionário permitiu á lavoura cafeeira do país liquidar, entre janeiro de 1931 e junho de 1934, 101.277.500 sacas, sendo 52.905.000 exportadas e 48.372.500 compradas pelo Conselho e pelo Departamento Nacional do Café.

Cumpriu, assim, o programa que se traçara, único possível na conjuntura herdada dêsse passado de erros.

Eliminou o "stock", restabeleceu o equilibrio estatístico, e, conseqüentemente, poderá restituir, na era legal, o café á Liberdade Comercial.

E, estou certo, corrigindo o maior dos *fundos de instabilidade* da economia nacional.

O vício de proteção criou o horror da liberdade. Mas, é preciso dá-la ao café, como foi dada aos escravos, com a vontade dos cafestistas, e até contra a vontade deles.

Aos primeiros tropêços da liberdade, para quem tem vivido na escravidão, sobrevirão ás éras fecundas e prósperas das expansões naturais espontaneas e nobres.

### *O Governo atual — Despesas e dívidas*

A leitura do discurso do eminente Deputado mostra que S. Ex. abandonou muitas de suas primeiras conclusões, defendeu algumas, e trouxe matéria nova ao exame da Assembléia.

Começou S. Ex. mantendo a afirmação de que o Governo Provisório gastou mais do que os anteriores.

Penso como S. Ex. que o Governo Provisório gastou demais, que deveria ter comprimido mais as suas despesas, que poderia ter imposto, dada a natureza de sua ação, um regime de economias aos Estados, ordenando melhor as finanças públicas.

Este meu pensamento consta de atos, pareceres e relatórios. Não é uma confissão "*in-extremis*".

É a afirmação pública e repelida de uma orientação na qual não transigi nunca, cedendo, apenas, quando coagido por circunstancias inelutáveis.

Ao chegar a Revolução ao poder, nada havia de certo e até de provável em matéria de finanças estaduais e municipais.

O decreto n. 20.631 criou a Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros formada por homens de eminente saber, que se devotaram ao estudo da vida financeira dos Estados e Municípios.

O trabalho foi hercúleo, dando ao conhecimento do País, em quatro volumes já publicados dos seus atos a situação real das finanças das unidades federativas, quer orçamentária, quer a econômica, quer, enfim, a das suas dívidas, internas e externas.

Só a obra divina pode ser feita num *fiat*.

A obra humana, assenta no tempo, na continuidade da ação, na solidariedade das gerações.

A Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros é uma base segura, construída com recomendável devotamento cívico por notáveis cidadãos, sempre assistida, amparada, prestigiada e ajudada pelo Governo Provisório.

Nada havia, antes, capaz de orientar a ação dos governos, nem mesmo dos técnicos.

Nela foi amparar-se a obra constituinte e o eminente Sr. Cincinato Braga em suas notáveis orações e estudos.

Fundado nesses estudos, nas recomendações dos seus relatores, ditou o Governo medidas para a vida dos Estados e Municípios, procurando ordenar as suas finanças e orientar a economia dos mesmos.

Entre êles, sobressai o decreto número 20.348, de 29 de agosto de 1934, conhecido por "Código dos Interventores", traduzido oficialmente na República Argentina e recomendado ao seu Congresso como digno de ser adotado para vida das Províncias daquele grande País.

Tenho a honra de ser o autor dessa lei, na qual colaboraram alguns Interventores, sobressaindo o Capitão Juarez Távora, hoje eminente Ministro da Agricultura, e o ilustre jurista Dr. Leví Carneiro

Nele foram consagradas regras e normas dignas de serem transcritas, porquê, ainda hoje, constitue as melhores bases para a organização nacional.

Arts. 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22 e 24.

Nele, como vêm os Senhores, foram adotadas todas as recomendações só hoje feitas pelo eminente mestre e financista Dr. Cincinato Braga e cercadas quanto possível, de sanções para sua execução.

Nem todas foram obedecidas.

As leis valem pelos seus executores e êstes estão submetidos a contingências que, por vezes, retardam a aplicação ou derogam as leis.

Verdade é, porém, que houve um esforço geral no sentimento da aplicação dessas regras.

Aliás, a ninguém é dado contestar. Houve erros. Houve inexperiência. Mas o esforço foi sincero, foi por vezes eficaz.

Os grandes Estados não se ativeram muito ao decreto, violando-o por vezes. Durante o meu período de gestão na Justiça fui inflexível na aplicação do Código dos Interventores.

Verdade incontestável é que os *deficits* foram reduzidos de mais de meio milhão de contos em 1929 para menos de uma centena de contos em 1934.

Aliás o ilustre professor e eminente parlamentar Sampaio Correia acenou, com visão e justiça, a essas providências do Governo Provisório.

É necessário não obscurecer os horizontes claros para confundir os homens e os fatos.

A Revolução procurou ordenar a vida financeira gastando menos na União, nos Estados e nos Municípios.

E, de fato, gastou menos. Não merece, por isso, elogios porquê, ao meu ver, poderia e deveria ter reduzido essas despesas muitíssimo mais.

Façamos a verificação sem artificios, com números exatos, examinando-os e comparando-os com sinceridade, como quem calcula ou como quem julga, ou como quem tem, apenas, o objetivo de esclarecer a opinião do País.

De nada vale alterar a verdade. Isso é obra efêmera, que não subsiste, nem nos recomendaria.

Já sustentei:

*“É da condição mesma dos governos, senão de todas as instituições humanas, falhar, por vezes, e de boa fé, aos seus propósitos*

*A Revolução de 1930 trouxe em matéria administrativa grandes e fecundas melhorias na teoria e na prática da administração brasileira.*

*Corrigiu males, cortou abusos; eliminou imoralidades, fez economias, algumas radicais.*

*Isso no Município, no Estado e na União.*

*Não atingiu, porém, ao equilíbrio dos orçamentos, fim principal de uma boa administração e objetivo máximo de um governo implantado em nome da Nação.*

*Os orçamentos da Revolução obedeceram a um critério melhor, escoimados de erros e até de abusos, que essas leis anuais consagravam em nosso País.*

*Procuramos sair da ficção para a realidade.”*

#### *Despesa do Governo Federal*

Contestando a afirmação do primeiro discurso em que S. Ex. declarava que o Governo Provisório fôra o mais dispendioso, que gastara 12.000.000 de contos, aduzi razões e joguei com dados, indicando as origens, para demonstrar o erro dessas afirmações.

Disse textualmente:

*“As ditaduras são em geral esbanjadoras mas esta, senhores, gastou menos que o último período constitucional do País, comparando-se nas suas despesas os encargos valiosíssimos da Revolução e da seca do Nordeste. Essa é a verdade, Senhores, sem outros objetivos que o da verdade mesma.*

*A vida dos Estados registra uma situação similar. Não é possível eliminar os “deficits” em épocas de depressão, mas é um grande esforço reduzi-los.”*

Impugnando em parte estas afirmações, S. Ex. fundou-se nos seguintes dados:

Governo Washington Luiz:

	<i>Contos</i>
1927 . . . . .	2.025.959
1928 . . . . .	2.350.107
1929 . . . . .	2.422.392
1930 . . . . .	<u>2.510.542</u>
Total . . . . .	9.309.000

Despesa da Ditadura:

	<i>Contos</i>
1931 . . . . .	2.046.000
1932 . . . . .	2.859.000
1933 . . . . .	2.391.813
1934 . . . . .	2.355.000
Total . . . . .	<u>9.651.813</u>

Pela comparação pura e simples desses dados verifica-se que o último quadriênio presidencial gastou 9.309 mil contos e o período de quatro anos da ditadura dispendeu 9.651.813 contos, ou sejam mais 312.813 contos.

É preciso ressaltar que o ano de 1934 foi incluído pela previsão, uma vez que ainda nem sequer transcorreu e com o fim de incluir o ano de 1934 na comparação, por ter sido o ano de menor despesa daquele Governo, quando gerido pelo Dr. Getúlio Vargas.

Se retirarmos a despesa com a seca do Nordeste e com a Revolução de 1932, num total de mais de 800 mil contos computados os pagamentos do princípio do ano de 1934, não considerados em meu primeiro discurso, teremos que o Governo Provisório em despesas normais foi menos dispendioso do que o que lhe antecedeu em quasi meio milhão de contos!

Isso não padece dúvidas e creio que o meu eminente antecessor não negará sua concordancia a esta conclusão.

Mas, vamos computar a despesa, sem exclusões, comparando quadriênio com quadriênio, uma era de despesas normais com uma época de despesas anormais, um período de prosperidade financeira, com um período de crise geral.

É o meu próprio contraditor quem faz o cálculo que vou reproduzir.

“A essas quantias a justiça, na comparação, manda acrescentar os pagamentos para mais tarde e referentes a esse período, efeito do *funding* de 1931, na importancia de £ 28.000.000.

A despesa real a cargo desses exercícos é, pois, de 11.660.000 contos de réis, correspondendo a uma média para cada ano de 2.915.000 contos quer dizer a uma média de quasi 600.000 contos mais elevada do que a União antes tivera.”

Por eles verifica-se que o *funding* segundo o eminente financista emitiu £ 28.000.000 e que esses milhões de libras em nossa moeda foram por ele calculados em 2.001 contos ou seja a £ na média de 70 mil réis.

Antes do mais o *funding* importou na emissão total de £ 19.362.303 ou sejam menos 9.637.697 £ do que as imaginadas pelo eminente orador.

Mas, esqueceu-se S. Ex. que o govêrno já depositou, pelo contrato, em um fundo especial, a importancia de réis 974.004:197\$, e que nos meses restantes — depositará ainda 145.354:709\$000.

Computando as £ emitidas em virtude do *fuading* e não descontando o depósito feito, já incluído na despesa dos respectivos anos, S. Ex. ao invés de anular uma das parcelas somou-as, dando para pagamento das dívidas externas:

No quadriênio. . . . .	1.093.718:636\$000
<i>scrips</i> emitidos . . . . .	£ 19.362.303
Fundo especial. . . . .	1.116.355:906\$000

Se isso fosse real, o Govêrno da Revolução teria pago duas vezes, ou quasi duas vezes as amortizações e juros de suas dívidas externas.

Os nossos credores ficariam com os títulos e ainda vi-riam receber os mil réis do fundo especial!

A realidade é bem outra, meus senhores.

Nos 9.650.813 contos da despesa dos quatro anos de regime ditatorial já está compreendida a importancia em mil réis correspondente aos *scrips* emitidos!

Ainda aqui, espero de S. Ex. o seu acôrdo integral, porquê é inútil fugir á evidência e ainda porquê só tenho razões para atribuir suas conclusões erradas á falta de elementos seguros aos seus estudos.

Dir-me--há S. Ex. que êsses 9.650.813 contos, não dariam, pela depressão cambial, para produzir as £ necessá-rias ao pagamento do serviço de nossos empréstimos.

Isso seria tornar-se mais realista do que os próprios credores que aceitaram a taxa de 6ds. para a operação e querer pagar mais do que quer o credor receber.

A realidade, assim, é a seguinte: gastou, segundo seus dados, o Govêrno último em quatro anos 9.309 mil contos e a ditadura 9.651 mil contos. Somem-se ao Govêrno último seu empréstimo no exterior num total de 702 mil contos, feita a conversão de 41.500.000 dolares e £ 8.750.000 ao *cambio de então* e teremos:

Govêrno Washington Luis . . . . .	9.309.000 c
Empréstimo . . . . .	702.000 c
Total . . . . .	10.011.000 c
Govêrno Ditadura . . . . .	9.651.000
Diferença . . . . .	361.000

São os próprios dados do eminente Dr. Cincinato Braga que nos levam á conclusão de que o quadriênio dita-

torial compulsadas todas as despesas, gastou menos do que o anterior, 361.000 contos!

Aliás, animado do desejo de esclarecer a opinião e de conseguir concordar com o meu eminente contraditor, vou fazer o cálculo tomando as duas parcelas — ainda que uma seja a relação em mil réis da outra em £ — *fundo* especial e emissão de *scrips*.

Devemos esgotar este assunto, examinando-o em todas as suas minúcias, para que possa a opinião ajuizar sem sombras de dúvidas.

Despesas do quadriênio Washington Luiz:

Orçamentária . . . . .	9.309.000 c
Empréstimo . . . . .	702.000 c
	<hr/>
	10.011.000 c

Despesa do quadriênio ditatorial: 9.651.813.

Pelo acôrdo das dívidas o fundo especial, num total de 1.116.353:906\$ foi deliberado, e como faz parte do total de 9.651.813, devemos retirá-lo, ficando em seu lugar os *scrips* de £ 19.362.303 ou 1.093.718.636\$000.

O resultado será o seguinte:

Despesa do último quadrênio:

10.011.000 c.

Despesa da Ditadura em um quadriênio:

9.651.813

+ 1.093.718

---

Total 10.775.531

— 1.116.355 dos fundos

---

liberados 9.659.176

Ainda por essa fórmula chega-se á conclusão de que o governo ditatorial gastou menos,

Despesa do Governo Washington Luiz:

10.011.000 contos

Despesa da Ditadura:

9.659.176 contos,

sobremodo se atendermos á diferença cambial e as despesas extraordinárias, e á própria comparação dos gastos globais.

A verdade, que não pôde ser contestada é que somando o empréstimo de 1927, não computado nos orçamentos, o governo Washington Luis gastou 2.502 contos em média anual durante seu quadriênio e o governo discricionário 2.412 por ano!

Não há como fugir aos números, á sua inexorável exactidão. Mas se não bastassem, êses números, em sua evidência incontrastável, para demonstrar que o Governo Provisório gastou, somando todas as despesas com a Revolução Paulista e a Sêca do Nordeste, menos 352 mil contos do que o último quadriênio presidencial e que, não computadas essas despesas, teria gasto menos um milhão e cem mil contos, do que aquele governo, eu traria novas demonstrações confirmadoras da minha asserção e comprovadoras do êrro de cálculo do meu eminente contraditor.

Uma, porém, sou forçado a trazer, porquê S. Ex., declarou que o Governo Provisório não falou na dívida externa.

Há, da parte do meu eminente contraditor, um êrro de apreciação. S. Ex. confundiu uma *moratória de conversão* que foi o *funding* de 1931, com uma *moratória de pagamento* que foi o *esquema das dívidas*.

Mas, deixando de lado essa confusão, eu quero mostrar com dados inconfundíveis, como sejam, no caso, os da Contadoria da República, que o Governo passado falou em nossa moeda da dívida externa.

Anos	Cambio da Conversão	Ouro	Papel	Total representado em papel
1927 . . . . .	4\$567	86.746:592\$000	—	396.171:687\$000
1928 . . . . .	4\$567	103.400:657\$000	—	472.230:803\$000
1929 . . . . .	4\$567	103.227:383\$000	—	471.439:456\$000
1930 . . . . .	4\$987	101.571:107\$000	—	506.535:109\$000
	Total	394.945:739\$000	—	1.846.377:055\$000
1931 . . . . .	7\$792	79.144:262\$000	—	616.692:091\$000
1932 . . . . .	7\$757	16.614:097\$000	370.955:409\$000	699.830:691\$000
1933 . . . . .	7\$096	20.706:080\$000	373.073:977\$000	520.004:320\$000
1934 . . . . .	Orçamento		340.035:206\$000	340.035:206\$000
		116.464:439\$000	1.084.064:592\$000	1.976.562:578\$000

Vêem, pois, meus Senhores, que o Governo Provisório destacou em moeda nacional, mais 130 mil contos do que o anterior para os serviços de juros e amortização das dívidas externas.

A conversão dessa importância não se fez em grande parte e em virtude do *funding* de 1931.

Mas consta ela da despesa da União e foi depositada como o *funding* anterior no Banco do Brasil, para aguardar sua transferência.

E parte foi transferida, tanto assim que, ao contrário, também, do que afirma S. Ex., o Governo Provisório pagou, independente do depósito, conforme poderá ser verificado em seus balanços:

Em 1931 .....	5.136.966	10.419.656	51.911.939
Em 1932 .....	1.510.695	514.453	38.093.584
Em 1933 .....	1.640.482	1.069.404	33.941.327
Em 1934 .....	658.182	568.743	46.524.274

Ou sejam 8.976.325 £, \$5 10.719.656 e frs. 170.471.124. quasi £ 20.000.000 sem empréstimos externos e não computando os 6.500.000 £ dos descobertos do Banco do Brasil, e os serviços integrais dos empréstimos de café.

É preciso que sejamos verdadeiros, e que as nossas afirmações correspondam aos propósitos que apregoamos e nunca venham confundir a verdade para enganar o Povo a ocupar ou defender Governos.

#### *A questão da renda nacional. Posição do problema*

Na discussão referente á renda nacional do Brasil, o Dr. Cincinato Braga afastou-se da terminologia aceita pela generalidade dos economistas para adotar expressões por elle próprio idealizadas.

Examinemos as expressões empregadas pelo ilustre constituinte:

a) "potencial econômico", usada no sentido de "valor bruto das mercadorias do intercambio" (valor nas fontes de produção);

b) "lucro líquido do Povo brasileiro", na acepção de "lucro líquido do conjunto das empresas de fins lucrativos" (não obstante o Dr. Cincinato só compreendeu as empresas agrícolas, as empresas da indústria manufactureira e as empresas da importação de mercadorias).

No sentido em que tem sido até agora empregada, a expressão "potencial econômico" significa algo de muito mais sério do que o simples valor bruto das mercadorias do intercambio: significa "possibilidades econômicas", isto é, o

conjunto das riquezas naturais, *ainda não exploradas*. Esse conceito não se confunde com o de "fortuna nacional" (national wealth", dos ingleses e norte-americanos), que compreende o conjunto dos bens materiais utilizados (terras, fazendas, maquinismos, produtos em "stock", etc.).

Quanto ao "lucro líquido do Povo", parece que o Doutor Cincinato Braga desejou referir-se á quota da renda nacional que, não sendo empregada no consumo de mercadorias e serviços, é "poupada", indo aumentar o capital pre-existente, que constitue a "fortuna nacional". Essa quota, porém, comporta duas parcelas, e o Dr. Cincinato só se reportou a uma: a) lucro líquido das emprêsas; b) rendas do trabalho "poupadas" (não empregadas em consumo).

Como a discussão girava em torno da veemência dos impostos, êsses elementos nada têm que ver com o caso porquê, como veremos, a base para o estudo do volume dos impostos é o montante da "renda nacional" na sua integralidade, e não a quota poupada ("share of the national income saved annually"). Por outro lado, o valor *bruto* das mercadorias do intercambio sempre uma importancia muito inferior á que representa o total da "renda nacional" ("national income").

#### *A renda nacional como base para o estudo da veemência da tributação*

De um modo geral, *os impostos diretos* oneram diretamente as rendas, e *os impostos indiretos* gravam as mercadorias.

Seja qual fôr o regime tributário (predominancia dos impostos diretos ou dos impostos indiretos), há sempre necessidade de apurar o total das rendas auferidas individualmente, como base do volume dos impostos. De fato, tanto os impostos diretos, como os impostos indiretos, oneram as rendas. A diferença está em que os impostos diretos oneram as rendas *diretamente*, enquanto os indiretos, embora recaindo sôbre mercadorias, incidem geralmente sôbre os consumidores, cujas rendas vêm a onerar, ainda que *indirectamente*.

Por êsse motivo, em todos os países, adiantados e atrasados, procura-se conhecer, para fins administrativos e de política econômica, o montante das rendas auferidas individualmente, isto é, o total da "renda nacional", expressão á que corresponde um conceito preciso, aceito pela generalidade dos economistas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o último inquérito foi efetuado em virtude de resolução do Senado e sua execução foi entregue ao The National Bureau of Economic Reserach, tendo durado cerca de um ano, conforme se acha

relatado no boletim de abril de 1934, do The National City Bank of New York.

Todos os trabalhos de investigação econômica aludem às variações das rendas nacionais. No estudo da situação econômica mundial, a que procedem anualmente os técnicos da Liga das Nações, há sempre referências expressas a variações das “rendas nacionais”.

O Dr. Cincinato Braga, entretanto, quer reformar esses métodos de investigação, para impor outro de sua autoria, que, por enquanto, *só ele aceita*. E, como lhe impugnamos a facilidade inovadora, que não tem outro apóio e outra autoridade senão os dêle próprio, deliberou resvalar para o “potencial econômico”, que quer á viva fôrça medir exclusivamente pelo *valor bruto* da produção agrícola, da produção industrial e das mercadorias importadas.

No seu discurso, êle havia pretendido medir a renda nacional não de acôrdo com os métodos já consagrados, mas reduzindo-a, pura e simplesmente, ao que chamou “lucro líquido do povo brasileiro”. Esse lucro líquido do Povo brasileiro era o conjunto dos lucros líquidos de agricultores, industriais e comerciantes importadores: *o resto* não contava.

Ora, “bens econômicos” tanto são as mercadorias, como os serviços, ambos remunerados em moeda. Pegado no erro de haver omitido o valor dos “serviços”, outra saída não teve o ilustre deputado senão declarar que o valor desses serviços estava incluído afinal nos preços das mercadorias.

É verdade, e isso constitui a base dos métodos adotados para o controle das estimativas das rendas nacionais. Mas o valor dos “serviços” está incluído nos *preços finais das mercadorias*, isto é, preços por que estas são vendidas aos consumidores. Ora, o Dr. Cincinato não tomou por base esses preços e sim os *preços brutos nas fontes de produção*, isto é:

a) valor bruto da produção agrícola: preços pelos quais os produtos agrícolas foram vendidos *pelos agricultores*;

b) valor bruto da produção industrial: preços pelos quais os produtos industriais foram vendidos *pelos industriais*;

c) valor das mercadorias importadas: preços pelos quais essas mercadorias foram *compradas pelos comerciantes importadores*.

Nessas condições, os preços dos produtos agrícolas contêm as rendas do capital e dos serviços de todos os que intervieram na produção agrícola, mas não contêm as dos que intervieram *após a produção* (comércio atacadista, comércio varejista, etc., com todos os que auferem rendas por seu intermédio).

É incontestável que há interesse em conhecer, em qualquer País, “o lucro líquido do conjunto das empresas” e “a quota da renda nacional apropriada para adição aos capitais pre-existentes”. Mas esse interesse não é o da administração financeira do Estado, uma vez que o volume dos impostos, incidindo, afinal, sobre os consumidores, não deve ser confrontado com esta ou aquela quota da renda nacional e sim com a integralidade desta.

Em geral, as empresas de toda espécie incluem o valor dos impostos entre suas “despesas”, incorporando-o ao preço da venda. Os impostos indiretos não saem dos seus lucros líquidos e sim da sua renda bruta.

Nos Estados Unidos, os resultados financeiros do conjunto de empresas de fins lucrativos foi negativo em 1930, 1931 e 1932 (*deficits* de 4.954, 8.637 e 10.603 milhões de dólares, respectivamente, conforme boletim do City Bank, de abril de 1934). Essas perdas representam absorções de capitais pre-existentes, o que significa que o conjunto das empresas norte americanas consumiu naqueles anos uma quota do *seu* capital pre-existente. Pois bem: esse fato não foi considerado como indicativo da “miséria econômica” do País, nem deu lugar á redução do volume dos impostos.

Quanto á quota “poupada” do conjunto da renda nacional, é óbvio que sofre queda nas épocas de depressão, podendo mesmo tornar-se negativa (diminuição da “fortuna nacional” pre-existente). Nos Estados Unidos a quota da renda nacional “capitalizada” foi 1/4 do total em 1916; mas em 1913, foi deficitária, representando uma dedução ao capital pre-existente em valor que correspondeu a 3% do total da renda nacional. (Eddie, “Economic Principles and Problemas”, pag. 248).

#### O “custo da distribuição” das mercadorias

No seu livro “The Tragedy of Waste”, Stuart Chase observa que até hoje não se encontrou uma definição exata do que constitua *produção*, em contraste com *distribuição*.

De fato, é enorme o “custo de distribuição” das mercadorias na economia moderna. Em cada intermediário do ciclo que vai do produtor agrícola até o consumidor final, os produtos sofrem aumentos de valor, de modo que a amplitude da variação entre os pontos extremos do ciclo do intercambio é muito grande. Num dado intermediário, o aumento do valor representa todas as espécies de renda, quando se considera esta última dívida em categorias. Se um comerciante varejista vende por 1.000 contos produtos que lhe custaram 600 contos, o aumento de 400 contos se distribue por diversos tipos de renda, como, por exemplo:

- a) Alugueis (renda de propriedades imobiliárias);

- b) juros bancários (renda do capital dos bancos);
- c) Impostos (renda do Estado);
- d) prêmios de seguro (renda bruta das empresas de seguros);
- e) salários de empregados (renda do trabalho);
- f) lucro líquido da casa comercial (renda do capital desta).

Conforme dados do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos para um total de 22.500.000.000 de dólares pagos em 1922, pelos consumidores de produtos rurais (pecuária e algodão excetuados), apenas 7.500.000.000 representavam os preços por que aqueles produtos haviam sido vendidos pelos agricultores. Os ciclos intermediários absorveram 15.000.000.000 de dólares (Stuart Chase, *ob. cit.*, pag. 213).

No exemplo citado, o preço dos produtos agrícolas *triplicou* nas fases intermediárias do intercâmbio. Se fôssemos tomar o preço dos produtos nas fontes de produção, praticaríamos o erro de eliminar do cômputo todos os bens e serviços cujo valor se incorporou ao primitivo preço agrícola, ulteriormente á produção. Praticaríamos erro semelhante ao do Dr. Cincinato Braga, que se reportou sempre ás fontes de produção.

#### *Composição da renda nacional*

A renda nacional é formada de duas parcelas distintas:

- 1) rendas de capital (dividendos, juros, alugueis, etc.);
- 2) rendas do trabalho (salários, ordenados e honorários);

Já tivemos ocasião de citar, a esse respeito, a definição de Lionel D. Edie, professor da Universidade de Indiana:

“The aggregate national income is taken to consist of the commodities and services produced by the people of the country or obtained from abroad for their use, with the omission of goods for which no price is commonly paid, for example the services of housewives.”

Para apurá-las será necessário totalizar cada uma das rendas auferidas *individualmente*, isto é, por cada uma das pessoas físicas, visto que todas as rendas são sempre *distribuídas individualmente*. Saber as parcelas das rendas auferidas individualmente que são aplicadas em consumo ou poupança, constitue problema á parte.

Este é o sistema usado por toda a parte.

Tomemos o exemplo dos Estados Unidos, citando mais uma vez o boletim de abril de 1934 do *The National City*

Bank of New York. O inquérito sobre o total da renda nacional ("national income") se propunha a apurar:

"the total income paid out in terms of money, as appears from the statistics of salaries, wages and all payments to wage earners, and the total of interest, dividends, rents and other receipts or with-drawals by owners or proprietors of capital and business".

Acentue-se a subdivisão do total em *renda do Capital* (interest, *dividends*,...) e *rendas do trabalho* ("Salaries, wages,...").

Se fosse possível apurar separadamente, por meio de estatísticas diretas, as duas seguintes importancias, elas, *em teoria*, deveriam conferir exatamente:

- a) total das rendas auferidas *individualmente*;
- b) valor total das mercadorias (produzidas no País e importadas) apurados pelos *preços finais de venda aos consumidores*.

Uma vez que o preço de todos os "serviços" produzidos em um país está, incorporado nos "preços finais das mercadorias", o valor total destas exprime exatamente o total das "rendas nacionais".

Isso em teoria. Na prática, há entre os dois quantitativos, *num dado ano*, diferenças de exercícios, que provêm de que o total da *renda produzida* num ano não é integralmente distribuída (isto é, auferida individualmente) no mesmo ano.

Por esse motivo, os técnicos norteamericanos procedem a dois inquéritos separados mas paralelos, servindo o segundo de processo de controle:

- 1) total das rendas auferidas *individualmente*;
- 2) total da *renda produzida*: valor total das mercadorias e serviços, medido pelo valor global de todas as mercadorias (produzidas e importadas) segundo o preço *final* de venda.

#### *A questão das rendas do trabalho*

Aos leigos em questões econômicas, parece estranho que na apuração da renda nacional, sejam computadas as rendas do trabalho auferidas sob as formas de remuneração usuais (salários, ordenados, honorários). É que nas apreciações superficiais há uma certa tendência a não considerar os "serviços" como "bens econômicos".

É geralmente impossível medir, por processos estatísticos diretos, a quota do total das rendas, do total das rendas do trabalho que haja sido "poupada", isto é, que não tenha sido aplicada em "gastos" (Consumo de mercadorias e serviços). Mas, como o veremos mesmo que fosse possível apurar essa quota, isso não teria utilidade ao aspecto da administração financeira do Estado.

Um exemplo concreto esclarecerá perfeitamente essa questão.

Suponhamos o caso de um empregado de uma casa comercial que tenha ganho de ordenados 10 contos em dado ano, e admitamos duas hipóteses:

1<sup>a</sup>) gastou a totalidade (10 contos);

2<sup>a</sup>) gastou parté (8 contos) e “poupou” parte (2 contos).

Na primeira hipótese, os 10 contos foram aplicados no consumo de mercadorias e serviços, influenciando, pois, pela ação da procura, sôbre os preços, e estimulando a produção tanto de mercadorias como de serviços.

Na segunda hipótese, verifica-se fenômeno idêntico com a quota de 8 contos. Quanto á parcela de 2 contos ela (salvo raros casos de entesouramento) será aplicada de forma “rentável”, isto é, depósitos nos bancos e caixas econômicas, compra de apólices ou ações, aquisições de imóveis, etc. Sob qualquer dessas formas, a quota de 2 contos irá aumentar o total dos *fundos disponíveis para aplicação na produção e no comércio*.

Dai a conclusão de que o aumento do total das rendas de trabalho, ano a ano, independentemente de qualquer conhecimento da quota gasta e da quota poupada, indica *aumento de poder de consumo* e, pois, aumento de *poder de produção*. Um e outro indicam aumento da capacidade tributária.

A respeito dêsse aspecto da questão, poderemos invocar a autoridade de Ernst Wagemann, em seu livro “Estrutura e Rítimo da Economia Mundial”.

“Toda renda, e portanto também a soma das rendas, se gasta ou se poupa. Os gastos convertem-se em preços dos artigos de consumo ou da prestação pessoal de serviços. As economias em geral são colocadas sob forma *rentável*, isto é, afluem aos mercados do crédito, ao mercado do capital e do dinheiro, e por intermédio dêstes, ao mercado dos produtos e o trabalho; isto é, são utilizadas pelo produtor ou pelo comerciante para adquirir matérias primas ou pagar salários, com o que, em definitivo, se transformam em preços. Assim, a renda, quer se poupe ou se gaste, converte-se sempre em preços de mercadorias e serviços, e êstes por sua vez em despesas de exploração, que afinal não são outra coisa senão rendas individuais”. (Trad. espanhola, págs. 69, ed. de 1933).

Wagemann é professor da Universidade de Berlim, presidente do Departamento Central de Estatística da Alemanha e diretor do Instituto de Investigação da Conjuntura. Seu nome celebrou-se pelos seus estudos sôbre os ciclos econômicos e particularmente pela obra que citámos.

*As estimativas das rendas nacionais do Brasil*

Já vimos que o total da renda nacional de um país pode ser representado, com grande aproximação, pelo valor total das mercadorias do intercambio desse país (produzidas ou importadas), calculado pelos *preços finais de vendas*.

Ora, o valor total das mercadorias nas fontes de produção (preços de venda pelos agricultores e pelos industriais, e preços de compra pelos importadores) é sempre *muito inferior* ao valor total apurado segundo os preços finais (preços pagos pelos consumidores).

Daf a seguinte conclusão:

*O total da renda nacional de um país é sempre maior que o valor total das mercadorias, calculado pelos preços brutos nas fontes de procuração.*

No Brasil, teremos, em 1932:

a) Produção agrícola . . . . .	5.100.000
b) Produção industrial . . . . .	5.000.000
c) Mercadorias importadas . . . . .	1.500.000
Total . . . . .	<u>11.600.000</u>

Nesse cômputo há sempre um duplo emprêgo de uma parte das mercadorias (matérias primas agrícolas, utilizadas pela indústria de transformação e cujo valor figura simultaneamente tanto em "produção agrícola" e como em "produção industrial").

Admitamos um abatimento de 20 % como elemento correctivo do duplo emprêgo existente na verba "produção industrial" e teremos:

a) Produção agrícola . . . . .	5.100.000
b) Produção industrial . . . . .	4.000.000
c) Mercadorias importadas . . . . .	1.500.000
Total . . . . .	<u>10.600.000</u>

Acrescentamos uma estimação de 400.000 contos para a produção animal e a produção mineral, que não foram computadas pelo Dr. Cincinato e das quais não estatísticas (a parte exportada importou em 240.000 contos em 1932), e teremos 11.000.000 de contos para o valor bruto das mercadorias nas fontes de produção.

Portanto, *a renda nacional do Brasil, em 1932, foi necessariamente muito superior a 11.000.000 de contos*, pois nos valores brutos computados não estão compreendidos os aumentos ocorridos: a) do agricultor para o consumidor; b) do industrial para o consumidor; c) do importador para o consumidor.

A estimativa de 16.000.000 de contos não é, pois, exagerada: ao contrário, supõe uma agravação de 50 % apenas nos preços brutos, em todos os ciclos do intercambio. Nos Estados Unidos, essa agravação, em caso de produtos agrícolas, é de cerca de 200 %.

Demais, tal estimativa é confirmada pelos trabalhos do Dr. Otávio Gouveia de Bulhões que chegou a resultados sensivelmente idênticos, por meio de cálculos sobre certos dados exatos e referentes a rendas individuais.

No afã de contestar a estimativa da renda nacional feita ao tempo da missão Sir Otto Niemeyer, o Dr. Cincinnati foi logo antecipando que, se a estimativa fôra tão alta, isto se deveria a ter sido baseada nos valores brutos das mercadorias produzidas e importadas em 1928, 1929, anos de alta.

E cita os números: 1928, 19.861.000 contos; 1929, 17.146.000.

Pondo de parte um equívoco referente a 1929 (o valor apurado foi de 16.937.000 contos), observaremos que, em relação a 1928 e 1929, o total da renda nacional só poderia ser estimado em importancias muito superiores a 19.861.000 e 16.937.000, respectivamente.

A estimativa Niemeyer tomou por base êsses anos, nos fez o cálculo sobre 1930, no qual o valor bruto das mercadorias foi o seguinte

Produção agrícola .....	4.730.000
Produção industrial. ....	5.500.000
Mercadorias importadas. ....	2.240.000
Total.....	<u>12.470.000</u>

Devemos, ainda, observar que o Dr. Cincinnati Braga, no seu último discurso, se equivocou nos algarismos citados em referencia a 1930: a importancia da produção agrícola (5.104.766 contos) se refere a 1932 e não a 1933; a estimativa da produção industrial, ainda não pode ser feita, por não estarem encerradas as estatísticas da produção industrial de São Paulo; e as mercadorias importadas em 1933 somam 2.165.000 contos, e não 1.204.640 contos, como êle mencionou.

#### *O cálculo das rendas nacionais*

Desde que Wilfredo Pareto determinou a distribuição da renda, com os elementos oferecidos pelas declarações dos contribuintes, surgiu, logicamente, o problema da avaliação dos rendimentos além dêsse limite conhecido. O próprio Pareto o formulou, pretendendo resolvê-lo com a equação encontrada para a distribuição dos rendimentos conhecidos. Se foi feliz na solução do problema, êle mais deve á

circunstancia de ter tomado para exemplo uma região onde 40 por cento dos habitantes são contribuintes do que á exactidão da formula imaginada.

A dificuldade reside na circunstancia de todos os cálculos de interpelação se prenderem a uma média que forçosamente se afasta dos termos não computados na soma dos rendimentos conhecidos. E quando o número dos contribuintes é sensivelmente inferior ao da população como succede na América do Norte, na Inglaterra e mesmo no Brasil não há formula de interpelação que possa suportar o contingente de extrapolação.

Mas, não se trata de uma dificuldade intransponível. Em vez de se proceder ao cálculo com todos os dados pode-se dividi-los em grupos, tornando mais fácil uma tentativa. Assim, em lugar de calcular a distribuição entre os rendimentos conhecidos, de 6:000\$ ou 10:000\$ a 3:000\$, dividindo-se as classes em certos grupos, haverá maior probabilidade de se conhecer o número de pessoas de uma classe inferior a 6:000\$ ou a 10:000\$000.

Entre nós já foi o cálculo da distribuição dos rendimentos dos contribuintes do imposto de renda, no Distrito Federal, tendo sido encontrado o valor 1,98. (Relatório de 1928. F. T. de Sousa Reis). Esse valor 1,98 significa que em se considerando a renda de uma classe superior para uma inferior, isto é, de 20:000\$ para 10:000\$ ou de 60:000\$ para 30:000\$, o número de contribuintes aumenta em média de 1,98 sobre essa diferença, isto é, para um rendimento duas vezes inferior corresponde um aumento de 1,98 de contribuintes. Mas a potencia 1,98 conforme já foi dito, foi obtida com todos os rendimentos em conjunto. Ora, é claro que a distribuição dos rendimentos elevados deve diversificar em muito da distribuição dos rendimentos medios, e, esses, por sua vez, dos rendimentos menores. Nada mais lógico, portanto, do que a divisão em grupo. E, nestas condições temos:

<i>Classes Rendimentos</i>	<i>Número de</i>
<i>Limites</i>	<i>Contribuintes</i>
(Contos de réis)	
X	Y
800 .. .. .	16
900 .. .. .	13
1° 1.000 .. .. .	12=1.36
1.500 .. .. .	11
2.500 .. .. .	4
3.000 .. .. .	2
200 .. .. .	390
250 .. .. .	239
300 .. .. .	166

<i>Classes Rendimentos</i>		<i>Número de</i>
<i>Limites</i>		<i>Contribuintes</i>
<i>(Contos de réis)</i>		
	X	Y
2º	400 . . . . .	120=2.11
	500 . . . . .	70
	600 . . . . .	33
	700 . . . . .	22
	750 . . . . .	19
3º	30 . . . . .	20.518
	60 . . . . .	3.852
	90 . . . . .	1.560=2.21
	120 . . . . .	882
	150 . . . . .	545

Para o primeiro grupo encontra-se a potência 1,36; para o segundo; 2,11; para o terceiro, 2,24. Elas constituem uma série, com tendência para formar uma curva binomial. De fato, as potências encontradas indicam não haver um aumento indefinido. A potência 2,24 é muito mais próxima de 2,11 de que esta de 1,36. Nestas condições, em dado ponto a série começará a decrescer.

Pelos elementos do Relatório, do Imposto de Renda, página 23, pode-se verificar que a diferença de classe de 30:000\$000 para a de 6:000\$000 é menor de que a de 60:000\$000 para 30:000\$000. Há, pois possibilidade de redução da média 2,24 — ao passar da classe de 30:000\$000 para 6:000\$000. A potência 2,24 deve atingir o ápice da série.

É de se admitir que o número seguinte, corresponda à mediana 2,11.

Se o número de possuidores de rendimentos até 30:000\$000, é de 20.518 o dos que recebem 6:000\$000 isto é, 5 vezes menos, será igual a 2,11 x 20,518, ou sejam 612.462.

Conhecido o valor de "Y", o valor "X" pode ser encontrado mediante o coeficiente de distribuição, cujo cálculo é o seguinte:

Classe	Número de contribuintes	Importancia da renda	Coefficiente de distribuição
	A	B	B
30 . . . . .	20.518	554.881.471.000	26,5
60 . . . . .	3.853	331.758.943.900	86,1
90 . . . . .	1.560	236.102.331.100	151,3
120 . . . . .	882	186.317.533.200	211,2
150 . . . . .	545	150.548.016.200	276,2
200 . . . . .	390	130.060.491.200	333,4

Classe	Número de contribuintes	Importancia da renda	Coefficiente de distribuição
	A	B	B
250 . . . . .	239	103.826.161.600	434,4
300 . . . . .	166	87.508.393.400	527,3
400 . . . . .	120	74.749.442.300	622,9
500 . . . . .	70	57.437.657.900	820,5
600 . . . . .	38	43.964.497.900	1.156,9
700 . . . . .	22	35.313.097.700	1.605,1
800 . . . . .	16	31.513.231.200	1.969,5
900 . . . . .	13	29.302.025.200	2.254,0
1.000 . . . . .	12	28.403.405.400	2.366,9
1.500 . . . . .	11	27.464.523.600	2.496,8
2.500 . . . . .	4	18.805.162.400	4.701,2
3.000 . . . . .	2	14.371.743.500	7.185,8

Classificação dos Coeficientes

10 x 3:000\$ .....	26,5
50 x 3:000\$ .....	276,2
20 x 3:000\$ .....	86,1
100 x 3:000\$ .....	527,1
100 x 3:000\$ .....	527,1
500 x 3:000\$ .....	2.496,7
200 x 3:000\$ .....	1.156,9
1.000 x 3:000\$ .....	7.185,5

Aumento dos Coeficientes

Log.	26,5 = 1,4232
Log.	276,2 = 2,4412
	<u>2,4412</u>
	= 1,71
	1,4232
Log.	861,1 = 1,9350
Log.	527,1 = 2,7218
	<u>1,7218</u>
	= 1,40
	1,9350
Log.	527,1 = 2,7218
Log.	2496,7 = 3,3974
	<u>3,3974</u>
	= 1,24
	2,7218
Log.	1156,9 = 3,0637
Log.	7185,5 = 3,8564
	<u>3,8564</u>
	= 1,24
	3,0637

Procurando a tendência do aumento das potências, mediante o processo dos mínimos quadrados, verifica-se que o aumento médio 1,24, 1,40 e 1,71 é de 0,23. Adicionando-se 0,23 a 1,71, obtém-se 1,94. O coeficiente correspondente á

classe cinco vezes inferior á conhecida deverá ser igual a 1,94, 26,5 ou sejam 5,41. Conhecido o número de pessoas — 612.462 — e conhecido o coeficiente — 5,41, o valor de “a” será igual ao produto de 612.462 por 5,41 ou sejam s. 313.419:000\$000.

Obtem-se, assim, a renda do Distrito Federal em 1928.

Esse processo de cálculo pode ser confirmado com o exemplo dos Estados Unidos, onde são conhecidos os rendimentos nacionais. Seja a renda de 1925 avaliada em 74 bilhões de dólares pelo “Bureau of Economic Research”.

Nesse ano, os rendimentos declarados á Administração, para os efeitos do imposto, se distribuíam da seguinte maneira:

ESTADOS UNIDOS

1925

<i>Classe</i>	<i>Número de contribuintes</i>
X	Y
1.000 . . . . .	4.072.878
2.000 . . . . .	3.000.881
3.000 . . . . .	2.158.353
5.000 . . . . .	830.670
10.000 . . . . .	327.018
25.000 . . . . .	90.239
50.000 . . . . .	30.518
100.000 . . . . .	99.560
150.000 . . . . .	4.801
300.000 . . . . .	1.578
500.000 . . . . .	680
1.000.000 . . . . .	207
 <i>Logarismos X</i>	 <i>Logarismos Y</i>
5,4771 . . . . .	9,1981
5,6980 . . . . .	2,8363 1,70
6,000 . . . . .	2,3159
4,6989 . . . . .	4,4844
5,000 . . . . .	3,9804 1,69
5,1760 . . . . .	3,6813
3,6989 . . . . .	5,9193
4,000 . . . . .	5,5145 1,36
4,3979 . . . . .	4,9553
3,600 . . . . .	6,6098
3,3010 . . . . .	6,4772 0,53
3,4771 . . . . .	6,3340

Pelo processo dos mínimos quadrados, apura-se mais ou menos a tendência de aumento das potências 2,53, 1,38, 1,63 e 1,70, tendo sido feito dois cálculos: o primeiro com a exclusão do último termo e o segundo com a exclusão do

primeiro. Obtem-se, assim, a média provável de aumento de 0,360, que adicionada a 0,53 resulta a potência 0,890. Sendo a classe procurada aquela que corresponde a 10 vezes menos á classe de 1.000 dólares, resulta o seguinte cálculo:

0,890.10 — 7.76. De onde 4,072.800 (número de contribuintes da classe de 1.000 dólares) x 7.76 ou sejam 31.604.829.

Conhecido o valor de "Y", pode-se apurar o valor de "X", mediante o coeficiente de distribuição, cujo cálculo é o seguinte:

<i>Classe</i>	<i>Importancia dos Rendimentos (1.000 dólares)</i>
	A
1.000 . . . . .	21.836.370
2.000 . . . . .	20.061.669
3.000 . . . . .	18.013.699
5.000 . . . . .	12.777.696
10.000 . . . . .	9.313.844
25.000 . . . . .	5.768.946
50.000 . . . . .	3.736.707
100.000 . . . . .	2.317.59
150.000 . . . . .	1.744.899
300.000 . . . . .	1.089.599
500.000 . . . . .	749.825
1.000.000 . . . . .	422.457

<i>Números de contribuintes</i>	<i>Coeficiente de distribuição</i>
	A
	B
4.072.873 . . . . .	5,3
3.000.881 . . . . .	6,6
2.158.753 . . . . .	8,3
830.270 . . . . .	15,3
327.918 . . . . .	28,4
90.239 . . . . .	63,9
30.518 . . . . .	122,4
9.580 . . . . .	242,4
4.801 . . . . .	363,5
1.578 . . . . .	690,4
686 . . . . .	1.095,0
207 . . . . .	2.040,8

*Classificação de Coeficientes*

\$100x	10	..	..	..	..	..	..	..	..	5,3
\$100x	20	..	..	..	..	..	..	..	..	6,6
\$100x	30	..	..	..	..	..	..	..	..	8,3
\$100x	50	..	..	..	..	..	..	..	..	15,3
\$100x	100	..	..	..	..	..	..	..	..	28,4
\$100x	100	..	..	..	..	..	..	..	..	28,4
\$100x	250	..	..	..	..	..	..	..	..	63,9
\$100x	500	..	..	..	..	..	..	..	..	122,4
\$100x	1.000	..	..	..	..	..	..	..	..	242,4
\$100x	1.000	..	..	..	..	..	..	..	..	242,4
\$100x	1.500	..	..	..	..	..	..	..	..	363,5
\$100x	3.000	..	..	..	..	..	..	..	..	690,4
\$100x	5.000	..	..	..	..	..	..	..	..	1.093,0
\$100x10.000	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2.040,8

*Aumento dos Coeficientes*

		242,4 para	2,040
Log. de	2,040	= 3,3096	
		<hr/>	
			= 1,38
Log. de	243,4	= 2,3845	
		122 para	1,093
Log. de	1.093,4	= 3,0386	
		<hr/>	
			= 1,45
Log. de	122	= 2,0863	
		28,4 para	242,4
Log. de	242,4	= 2,3845	
		<hr/>	
			= 1,64
Log. de	28,4	= 1,4533	
		15,3 para	122
Log. de	122	= 2,0863	
Log. de	15,3	= 1,1847	= 1,76
		5,3 para	28,4
Log. de	28,4	= 1,4533	
		<hr/>	
			2,00
Log. de	5,3	= 0,7242	

Procurando apurar a tendência de aumento das potências 1,38, 1,45, 1,64, 1,76 e 2,00 pelo mesmo sistema adotado anteriormente, isto é, as diferenças acusadas pelo processo dos mínimos quadrados entre 2,00, 1,64 e 1,38 depois entre 1,76; 1,45 e 1,48, ou sejam 0,190 e — 0,310 ou em média 0,250 — verifica-se que o provável aumento da potência 2 para uma classe 10 vezes inferior é de 2,350. Daí o seguinte cálculo:

$$\frac{2,250}{\sqrt{5,3}} = 2,11$$

Sendo o valor de Y de 31.604.928 e conhecido o coeficiente 2,11 as importancias da renda serão de 67.686 milhões de dolares, ou, praticamente, 68 bilhões de dolares,

importancia que se aproxima da soma de 74 bilhões, calculada pelo Bureau, dada a circumstancia de não estarem computadas as importancias inferiores a \$100.

#### *Cálculo para o ano de 1932*

Ainda não está apurada a discriminação dos rendimentos em 1932. Contudo, sabe-se qual a distribuição em 1929 e 1930. Nesse último ano, a estatística acusa um grande decréscimo no número de contribuintes devido á elevação do mínimo da subsistência de 6:000\$ para 10:000\$. A redução entre o número de contribuintes em 1928 e o de 1930 é de 30 %. Fazendo-se igual abatimento no total já encontrado — 612.462 — temos o seguinte resultado: 429.089 multiplicado pelo coeficiente 6, de distribuição, encontrado para 1930, apura-se um total de 2.574.534:000\$ para a renda do Distrito Federal. Avaliando-se em 20 % a riqueza do Brasil, no Distrito Federal, verifica-se que a renda nacional, de acôrdo com êsses elementos pode ser orçada em 13 milhões de contos de réis. E como em 1932 a renda global aumentou, não há exagero em afirmar-se que a renda nacional não se afasta dos 16 milhões calculados por Sir Oto Niemeyer, em 1931.

#### *Renda nacional e despesa e receita públicas*

Já tivemos ensejo de mostrar que os economistas sempre confrontam o total da renda nacional com o total das receitas públicas e não com os das despesas públicas, como queria fazer o Dr. Cincinato Braga. Fizemos referência expressa aos técnicos da Liga das Nações.

E as razões são muitos simples. Em um ano deficitário, a quota da renda nacional absorvida pelas necessidades do poder público é representada pelas *receitas que este foi haurir nela*. O excesso de despesas públicas sôbre receitas públicas será haurido em anos seguintes, e é possível que nestes, em virtude de eventual aumento da renda nacional, não se modifique a proporção existente entre esta e a receita pública.

Há mais. Uma parte das despesas públicas é *compensada especificamente* pelas rendas patrimoniais e industriais e no auferir estas o Estado age como produtor independente.

Não podendo rebater êsses argumentos: não podendo demonstrar que o processo de mensuração não fôsse o que apontáramos, não podendo, afinal, citar qualquer autoridade ou instituto em favor do sistema que preconizava, o qual constitue mais uma das suas singularidades: preferiu o Senhor Dr. Cincinato Braga apoiar-se na autoridade das "donas de casa", as quais procedem assim ou assado.

Não nos sendo possível acompanhá-lo nesse rumo empírico, nem nos sendo lícito pular sôbre as autoridades dos mais reputados técnicos de estatística econômica, para adotar os novos métodos do Dr. Cincinato Braga, enquanto êle não os divulgar documentadamente, conquistando o apôio geral, resolvemos, não obstante, admitir o seu processo *apenas para argumentar*.

No seu primeiro discurso, o Dr. Cincinato Braga apurou para o total das despesas públicas (federais, estaduais e municipais) a importância de 4.965.000 contos.

	Contos de réis
Dessa quantia há a deduzir:	
a) Equívoco do Dr. Cincinato Braga quanto á despesa federal, que importou em 2.859.000 contos e não em 2.885.000 contos .....	26.600
b) Total das despesas federais extraordinárias com a revolução de S. Paulo e as sêcas do Nordêste que o Dr. Cincinato Braga disse ter deduzido, mas não deduziu .....	591.000
c) Total das despesas federais e estaduais especificadamente compensados com rendas patri-moniais e industriais .....	465.000
d) Total das deduções .....	1.082.000

Ditemos:

a) Total do Dr. Cincinato Braga .....	4.965.000
b) Total das deduções .....	1.082.000
c) Total da despesa pública que seria confron-tável com total da renda nacional.....	3.883.000

Apenas para argumentar, admitamos essa base: 4.000.000 de contos. Nêsse caso a proporção com o total da renda nacional terá sido de 25 %, quando na generalidade dos países é de cêrca de 33 %, segundo apuraram os técnicos da Liga das Nações (mas tomando por base as receitas públicas, inferiores ás despesas públicas, pois quasi todas as nações estão de desequilíbrio orçamentário).

O confronto seria favorável ao Brasil.

Diante disso, só restava ao Dr. Cincinato Braga declarar exagerada a estimativa do total da renda nacional. Admitamos, sômente para aumentar, que tenha sido 12.000.000 de contos (menor não pôde ter sido, porquê o valôr total das mercadorias nas fontes de produção foi, em 1932, de réis 11.000.000 contos, tendo crescido em 1933, pelo aumento tanto da produção, como da importação de mercadoria). Nêsse caso, a relação entre despesas públicas e renda nacional seria de 30 %, ainda inferior á da generalidade do país.

Mas, objecta o ilustre constituinte paulista, a situação do Brasil, ao aspecto das despesas públicas não póde ser comparada com a de outros países que padeceram a cruel desgraça das guerras e sofrem a do desemprego. É certo, mas, em compensação, o Brasil possui uma elevada dívida externa, *cujo serviço pesa sobremodo no total das despesas públicas*. Além disso, a percentagem de 33 % não se refere só a um pequeno grupo de nações, e sim á generalidade delas.

### *Os sintômas da recuperação econômica*

Se o Dr. Cincinato Braga se der ao trabalho de compulсар as estatísticas econômicas do Brasil de 1924 em diante, verificará que, em linhas gerais, os fenômenos se processaram da seguinte fórmula:

a) as curvas sobem gradualmente de 1924 a 1928 e, ás vezes até 1929 (fase de prosperidade);

b) o declínio inicia-se em 1929 (por vezes em 1930) e prossegue gradualmente, até 1932 (fase de depressão).

c) em 1933 nota-se a alta em diversos setores da economia (sintomas do início da recuperação econômica).

Aliás, em 1933 os índices econômicos de diversos países acusam tendência para a alta.

Por isso, affirmamos que o Brasil já havia vencido, em 1931 e 1932, os pontos mais baixos da depressão e que tinha iniciado em 1933 a fase cíclica da recuperação econômica.

O Dr. Cincinato Braga contestou essa afirmativa, que atribue a um desmarçado otimismo. Para contrariar essa objeção, nada mais eficaz do que expor diversas séries estatísticas fundamentais, afim de que êle julgue por si mesmo.

<i>Produção agrícola</i>	<i>Quantidade</i>
Anos agr.	Números absolutos Toneladas
1927/8.....	9.085.041
1928/9.....	10.761.160
1929/30.....	10.450.973
1930/1.....	11.377.762
1931/2.....	11.306.802

	Hectolitros
1927/8....	2.699.410
1928/9....	2.954.882
1929/30....	3.316.780
1930/1....	2.886.176
1931/2....	3.331.921

	Contos
1927/8....	894.945
1928/9....	1.161.970
1929/30....	1.463.773
1930/1....	1.592.761
1931/2....	1.739.040

Dados de 1932/33 ainda não apurados integralmente, já se sabendo, porém, que houve aumento em relação a 1931/2.

*Produção agrícola (valor)*

Anos	Contos de réis
1927..	7.661.707
1928..	9.167.653
1929..	7.410.004
1930..	4.733.335
1931..	5.707.956
1932..	5.104.766

*Produção industrial do Estado de S. Paulo*

Anos	Contos de réis
1927..	1.600.434
1928..	2.441.436
1929..	2.368.774
1930..	1.897.188
1931..	1.954.142
1932..	1.944.987
1933..	2.000.000

(Nota: o valor de 1933 é estimativa do Diretor da Estatística do Estado. Admite-se geralmente que a produção

industrial do Estado de São Paulo representa um terço da produção brasileira).

*Comércio exterior (Quantidades)*

Anos	Toneladas			Imp.	Exp.
	Import.	Export.	Total		
1928 . . .	5.838.625	2.075.048	7.913.673	100	100
1929 . . .	6.108.996	2.189.314	8.298.310	105	105
1930 . . .	4.881.379	2.273.688	7.155.067	84	19
1931 . . .	3.566.341	2.236.060	5.802.403	61	108
1932 . . .	3.333.152	1.632.265	4.965.417	57	79
1933 . . .	3.935.527	1.910.772	5.846.299	67	92

*Comércio exterior (valor ouro)*

Anos	Milhares de libras			Índices	
	Import.	Export.	Total	Import.	Export.
1928.....	90.669	97.426	188.095	100	100
1929.....	86.653	94.831	181.848	95	97
1930.....	53.619	65.746	119.365	59	67
1931.....	28.756	49.544	78.300	32	51
1932.....	21.744	36.629	58.373	24	37
1933.....	28.131	35.790	63.921	31	37

*Comércio interno*

*Cabotagem*

Anos	Pêso líquido (toneladas)	Valor em contos de réis	Índices	
			Do pêso	Do valor
1927.....	1.755.290	2.802.894	100	100
1928.....	1.898.752	3.026.398	108	108
1929.....	1.921.352	2.787.880	109	99
1930.....	1.560.032	2.058.446	89	73
1931.....	1.632.840	2.234.409	93	80
1932.....	1.727.541	2.346.731	88	84
1933.....	1.865.641	2.551.114	106	91

Nota — Os dados supra abrangem somente o comércio que se faz, por via marítima e fluvial de portos de um para portos de outros Estados.

Preços dos títulos públicos federais

(Bolsa do Rio de Janeiro)

Anos	Preço médio por unidade	Índices (1928=100)
1929.....	786\$385	101
1930.....	776\$233	100
1931.....	818\$733	106
1932.....	824\$929	106
1933.....	866\$423	112

O exame dessas numerosas séries estatísticas leva às seguintes conclusões:

Produção

As quantidades produzidas pela agricultura aumentaram de 1927-8 para 1931-2. A tonelagem produzida em 1931-32 superou a de 1929-30, notando-se, ainda, aumento mais sensível na produção em hectolitros (aguardente, álcool e vinho). O valor mais baixo foi o correspondente ao ano de 1930; em 1931 houve aumento de 970 contos, superior à redução que, devida em parte aos acontecimentos de 1932, veio a verificar-se neste ano (redução de 600.000 contos).

A produção industrial do Estado de S. Paulo declina gradualmente de 1929 a 1930, passando de 2.440.000 a 1.890.000 contos de réis, seu nível mais baixo. Em 1931 há aumento embora de fraca intensidade, permanecendo o nível estacionário em 1932 e 1933, não obstante os efeitos desfavoráveis do movimento revolucionário de 1932. Movimento idêntico deve ter sofrido o conjunto da produção industrial brasileira, que é avaliada em função da produção industrial paulista.

Comércio exterior

O volume da exportação se manteve estável em 1930 e 1931, não obstante a influência da depressão mundial, para cair em 1932, ano em que o porto de Santos esteve fechado durante cerca de 4 (quatro) meses. Em 1933, porém, o nível já se aproximava, com pequena diferença, do de 1928.

O volume da importação sofreu, em 1931 e 1932, reduções sensíveis, causadas pela restrição que o pagamento do descoberto do Banco do Brasil, exigia, para diminuir o valor-ouro dos elementos passivos da balança internacional de contas.

O valor ouro café com grande intensidade, devido, quanto à exportação, à baixa dos preços-ouro mundiais do

café e de outros artigos da nossa produção exportável, e, quanto á importação, em virtude da queda do volume, a que já nos referimos. O declínio estaciona, porém, em 1933.

*Transportes*

Dados absolutos

Anos	Passags. transp. em carris urbanos (milhares)
1927 . . . . .	—
1928 . . . . .	—
1929 . . . . .	—
1930 . . . . .	992.917
1931 . . . . .	993.934
1932 . . . . .	1.004.211

Anos	Receitas das estradas de ferro (contos)	Cargas transportadas no tráfego aéreo (quilogram.)
1927 . . . . .	824.139	210
1928 . . . . .	892.169	1.911
1929 . . . . .	936.731	7.778
1930 . . . . .	763.284	9.609
1931 . . . . .	777.263	21.916
1932 . . . . .	774.637	129.874

Índices

Anos	Receitas das estradas de ferro	Cargas transportadas no tráfego aéreo
1927 . . . . .	—	100
1928 . . . . .	—	108
1929 . . . . .	—	114
1930 . . . . .	100	93
1931 . . . . .	100	94
1932 . . . . .	101	94

Movimento da Bolsa

(Bolsa do Rio de Janeiro)

Anos	Valor das transações em contos de réis	Índices (1928-100)
1929 . . . . .	253.067	86
1930 . . . . .	206.622	71
1931 . . . . .	343.624	117
1932 . . . . .	314.400	107
1933 . . . . .	321.864	110

Preços de títulos

índices

Anos	Apólices	Debentures	Ações
1927 . . . . .	100	100	100
1928 . . . . .	115	115	96
1929 . . . . .	108	93	125
1930 . . . . .	109	84	108
1931 . . . . .	127	95	92
1932 . . . . .	136	104	126
1933 . . . . .	142	106	95

Preços dos gêneros alimentares

Anos	índices (janeiro de 1927-100)
1927 . . . . .	98
1928 . . . . .	100
1929 . . . . .	97
1930 . . . . .	78
1931 . . . . .	72
1932 . . . . .	74
1933 . . . . .	70

Custo da vida

Rio de Janeiro (Classe média)

Anos	índices (média de 1924-8-100)
1929 . . . . .	102
1930 . . . . .	93
1931 . . . . .	89
1932 . . . . .	90
1933 . . . . .	89

Receitas federais

Anos	Contos de réis
1927 . . . . .	2.039.506
1928 . . . . .	2.216.512
1929 . . . . .	2.399.600
1930 . . . . .	1.677.952
1931 . . . . .	1.752.665
1932 . . . . .	1.697.149
1933 . . . . .	2.111.098

As variações do nosso comércio internacional, em ouro, hajam sido de grande amplitude, foram-nos favoráveis no confronto com os coeficientes de regressão da conjuntura continental e da conjuntura mundial. *A intensidade da queda do nosso comércio internacional, em ouro, foi inferior á do comércio mundial e á do comércio da América do Sul.*

Em 1933, numa lista de 48 países, variando as percentagens de diminuição de 86 % a 42 %, havia 24 países com regressão maior que a nossa (exportação mais importação). O confronto ser-nos-ia ainda mais favorável, se considerássemos apenas a exportação.

#### *Comércio interno*

O valor do comércio de cabotagem caiu de 730.000 contos em 1930, mas reagiu em 1931 e 1932. O nível dêste ano só era inferior ao de 1929 em 440.000 contos.

#### *Transportes*

As receitas das estradas de ferro atingiram seu ponto máximo em 1929 e caíram em 1930, mas a queda não proseguiu em 1931 e 1932. O movimento de passageiros transportados em carris urbanos mostra estabilidade em 1930, 31 e 32. O pêso das cargas transportadas em tráfego aéreo cresceu forte e ininterruptamente.

#### *Movimento das bolsas*

Em 1933, o movimento das transações da Bolsa do Rio de Janeiro (valor) superou o de 1932 em cêrca de 3% e o de 1928 em 10%.

#### *Preços dos títulos*

Os preços das apólices subiram ininterruptamente de 1930 a 1933. Os das "debentures" caíram em 1929, 30 e 31, mas iniciaram seu movimento de recuperação em 1932, e em 1933 o nível se aproximava do de 1928. Os preços das ações apresentaram movimento irregular no período de 1927-1933, tendo havido queda de 1932 para 1933.

#### *Preços dos gêneros alimentícios*

O movimento foi firme, no sentido da baixa, de 1928 para 1933. A redução operada entre os pontos extremos dêsse período foi de cêrca de 30%.

#### *Custo da vida*

Baixa ininterrupta, embora de fraca intensidade, de 1929 para 1933. Esse movimento foi devido, em grande parte, aos efeitos de contróle cambial.

### *Preços de títulos federais*

Os preços dos títulos federais, no Rio de Janeiro, entram em movimento de alta de 1931 a 1933. A percentagem do aumento, de 1930 para 1933, foi de 12%..

### *Receitas federais*

Houve queda de 700.000 contos de 1929 para 1930. No triênio de 1930-1932, as variações foram inapreciáveis, mas de 1932 para 33 o aumento foi de 400.000 contos.

São Paulo concentra os grandes índices da economia nacional.

Eles são de uma eloquência sem par, todos demonstrativos de que entramos em franco período de ascensão econômica.

### *Índices econômicos do Estado de S. Paulo*

#### Vendas efetuadas pelo comércio

(Calculadas pela arrecadação do imposto de vendas mercantis, em contos de réis).

	Totais anuais Contos	Médias mensais Contos
1928 .....	13.629.111	1.135.759
1929 .....	12.746.059	1.062.171
1930 .....	8.571.340	714.278
1931 .....	8.036.815	669.734
1932 .....	7.928.644	660.720
1933 .....	10.315.777	859.648
1934 (janeiro-abril) .....	3.686.774	921.693

#### Vendas de títulos na bolsa de valores de São Paulo

	Contos
1927-28 .....	112.660
1928-29 .....	114.528
1929-30 .....	122.939
1930-31 .....	108.325
1931-32 .....	180.705
1932-33 .....	124.186
1933-34 .....	199.106

Produção agrícola

	Contos
1927-28 .....	3.806.000
1928-29 .....	2.298.000
1929-30 .....	3.335.000
1930-31 .....	1.521.000
1931-32 .....	1.600.000
1932-33 .....	2.000.000
1933-34 .....	2.000.000

Os dados referentes aos dois últimos anos são estimativas. É de notar a manutenção do valor global da produção colhida neste ano, a-pesar-da grande redução da safra de café.

Produção do algodão

	Quilos	Valor Contos
1929-30 .....	3.934.244	16.000
1930-31 .....	10.500.000	35.000
1931-32 .....	21.500.000	70.000
1932-33 .....	34.748.497	100.000
1933-34 .....	90.000.000	300.000

A exportação deste ano será de cerca de 50 milhões de quilos, no valor de 150.000 contos.

Consumo de algodão

	Quilos
1927-28 .....	31.746.833
1928-29 .....	24.252.000
1929-30 .....	18.000.000
1930-31 .....	30.000.000
1931-32 .....	30.000.000
1932-33 .....	35.000.000
1933-34 .....	38.000.000

Produção de açúcar

	Sacas
1928-29 .....	1.200.000
1929-30 .....	1.420.743
1930-31 .....	1.354.748
1931-32 .....	1.897.937
1932-33 .....	2.005.000
1933-34 .....	2.000.000

Produção industrial

	Contos
1928 .....	2.076.000
1929 .....	2.368.000
1930 .....	1.897.000
1931 .....	1.954.000
1932 .....	2.000.000
1933 .....	2.200.000

Comércio internacional pelo porto de Santos

(Em contos de réis papel)

	Exportação	Importação
1928 .....	2.095.787	1.479.388
1929 .....	2.097.459	1.407.491
1930 .....	1.428.188	794.811
1931 .....	1.751.927	696.377
1932 .....	1.120.674	440.101
1933 .....	1.564.667	876.000

Comércio de cabotagem pelo porto de Santos

(Em contos de réis papel)

	Exportação	Importação
1928 .....	420.904	601.272
1929 .....	382.036	514.069
1930 .....	316.119	354.483
1931 .....	393.522	325.578
1932 .....	348.614	284.180
1933 .....	441.064	300.548

Novas construções na capital

	Totais anuais	Médias mensais
1928 .....	9.991	832
1929 .....	8.954	746
1930 .....	5.616	468
1931 .....	3.917	326
1932 .....	3.282	273
1933 .....	4.477	373
1934 (janeiro a abril) .....	1.831	457

Vagões carregados pelas principais estradas de ferro

(S. P. R., Paulista e Araraquara)

	Totais anuais	Médias mensais
1928 .....	1.011.246	84.270
1929 .....	1.026.734	85.561
1930 .....	816.124	68.010
1931 .....	848.556	70.713
1932 .....	761.301	63.441
1933 .....	943.660	78.638
1934 (janeiro e abril) .....	304.394	76.098

Cheques compensados em Santos e S. Paulo

	Contos	Contos
1928 .....	8.575.760	714.646
1929 .....	7.424.551	618.712
1930 .....	4.338.603	361.550
1931 .....	4.628.243	385.686
1932 .....	3.836.944	319.745
1933 .....	6.069.333	505.777
1934 (janeiro e abril) .....	2.368.239	592.059

Valor dos títulos protestados na capital, por falta  
de pagamento

	Totais anuais Contos	Médias mensais Contos
1928 .....	20.631	1.719
1929 .....	48.538	4.044
1930 .....	40.216	3.351
1931 .....	36.631	3.052
1932 .....	8.128	677
1933 .....	16.519	1.376
1934 (janeiro e fevereiro) ...	2.186	1.093

Falências decretadas na capital

	Totais anuais	Médias mensais
1928 .....	361	30
1929 .....	448	37
1930 .....	415	34
1931 .....	375	31
1932 .....	128	10
1933 .....	168	14
1934 (janeiro a abril) .....	48	12

Concordatas preventivas requeridas na capital

	Totais anuais	Médias mensais
1928 .....	79	6
1929 .....	162	12
1930 .....	72	6
1931 .....	49	4
1932 .....	11	Menos de 1
1933 .....	16	1
1934 (janeiro a abril) .....	8	Menos de 1

Preço médio do café exportado exclusive impostos e  
despesas de embarque

	Por 10 quilos
1928 .....	35\$391
1929 .....	31\$708
1930 .....	19\$108
1931 .....	16\$175
1932 .....	14\$856
1933 .....	13\$175
1934 (janeiro a abril) .....	17\$050

São Paulo, que reúne 2/3 da nossa exportação, metade da produção industrial, quasi metade das rendas públicas do Brasil, acusa, nos departamentos da sua atividade, melhoria geral, sendo que alguns índices são iguais aos dos períodos de maior prosperidade nacional e mundial.

Poderá haver quem, diante desses números e desses fatos, continue a afirmar que o Brasil está falido?

Meus Senhores. — O Brasil entrou em franco período de recuperação econômica e caminha para uma era de prosperidade, queiram ou não os seus economistas, os seus parlamentares e os seus governos.

Os povos, com economia similar á nossa, passaram no transe de suas formações por crises bem mais alarmantes: crises econômicas, crises financeiras, crises políticas, crises sociais.

Nem por isso deixaram de viver, de crescer, de enriquecer, transformando-se de pequenas em grandes nações.

O ritmo da vida de um povo é como o sulco de um planeta: a nossa visão alcança-o e surpreende-o num momento dado, mas não poderá nunca acompanhá-lo na sua imensa trajetória, porquê ela excede a nossa visada e ultrapassa o poder da inteligência humana.

O Brasil, tantas vezes amortilhado nas dobras do crepe da nossa negação patriótica, alarga-se cada vez mais nas energias da sua raça e nas promessas de suas terras.

Condenado pelos seus filhos como um Job ou como um Lázaro, êle vive de ascensões, movimentos adquiridos de sua própria grandeza num impulso de renovação e de energias, que só a cegueira dos corações não sente, a dos olhos não admira e a do patriotismo não glorifica.

Em meio de uma era conturbada, o Brasil é um refúgio do futuro.

O mundo não pode ser descrito em palavras. Mas o drama mundial, que se está desenrolando aos nossos olhos, que nós estamos vivendo através das notícias diárias é qual-quer coisa de infernal.

As imaginações mais pessimistas, as previsões mais sombrias, as descrições mais dantescas, não alcançaram a triste realidade em que se debatem quasi todos os povos.

A miséria, a fome, a anarquia, a guerra, a tirania e a escravidão voltaram a imperar soberanas no seio das nações mais civilizadas, pronunciando as decadências irreparáveis.

Assistimos todos, não a uma simples crise econômica, mais ou menos extensa, mas a uma reviravolta da história, a uma mutação mundial.

As conquistas políticas, as normas sociais, as regras econômicas, as leis jurídicas, enfim, a solidariedade, a justiça, a cultura e a civilização, parecem desoladas por uma tempestade que ameaça revolver a sociedade humana e arruinar a obra secular das gerações e dos povos.

Um mundo novo, egoista, pobre, animalizado e amoral ameaça erguer-se sobre os escombros dos nossos tempos.

Não há, nem pode haver, espetáculo mais angustioso do que o que estão atravessando os demais povos.

Em meio desse naufrágio de nações e de povos a que assistimos surpresos e amargurados, o Brasil, como disse um alguém, é uma idéia nova, um Povo que avança, uma asa que ascende, uma alvorada que se faz sol.

Não temos inverno para gelar o coração dos desamparados, não temos a fome para matar os desocupados, não temos o ódio das raças, não temos a luta das minorias, não temos ameaça de guerras, não temos a desgraça das condições sociais.

Questiúnculas políticas, pruridos regionais, um pouco de paludismo, outro de anquilostomiose dos povos novos, enfim, temos poucos males comparados com as demais, e esses mesmos estão entre aqueles que a vassoura do tempo varreu nos seus minutos.

A família, a sociedade, a comunhão nacional são relíquias invioladas do patrimônio da civilização brasileira dignas de figurarem no escrínio das mais finas e nobres realizações humanas.

A terra e a raça com as suas instituições têm prodigalizado, em meio dos naturais acidentes do nosso desenvolvimento, vida farta e feliz a quantos aquí têm privilégio de nascer e a quantos têm procurado viver e trabalhar entre nós.

A nossa economia é a cornucópia das dores da natureza derramando-se fecunda e inesgotável ao primeiro assomo do trabalhador.

O braço, a enchada, o arado, o trigo, o vapor, a inteligência, o trabalho encontram no Brasil um mundo que quer nascer, crescer, viver.

Já Pero Vaz Caminha dizia que “em se querendo dar-se-há nêle tudo” e Américo Vespúcio que “se o paraíso foi na terra não foi longe destas terras”.

Pois é a um País assim, porquê teve o seu comércio reduzido, menos do que os outros povos, a sua moeda desvalorizada, menos do que as outras moedas, os seus orçamentos deficitários, menos do que os outros orçamentos, porquê teve uma ditadura generosa como não tiveram nem têm os outros, que se malsina, se condena, como um povo perdido, como um país falido, como uma nação sem fé nem leis.

É contra isso que eu me levanto: não é contra o crime de não amar que é dom dos deuses, é contra o crime de não querer compreender o Brasil.

E o faço entre vós que, sem um mandato do Povo, tendes o vosso próprio mandato, que o poeta celebrou:

*“Le commerce est la base et l'ame d'un Empire  
Qu'il perisse, tout meurt; s'il fleurit, tout respire.”*

